

OTÁVIO JÚNIOR BARANCELLI

## ADAM SMITH E A EQUIDADE

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Fim de Curso como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Igor Zanoni C. Carneiro Leão

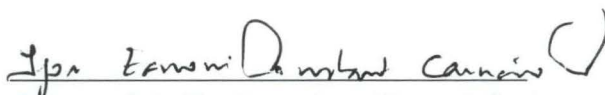
CURITIBA  
2013

## TERMO DE APROVAÇÃO

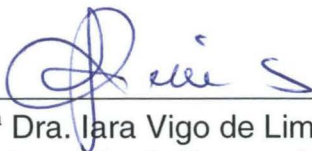
OTÁVIO JÚNIOR BARANCELLI

ADAM SMITH E A EQUIDADE

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Dr. Igor Zanoni C. Carneiro Leão  
Departamento de Economia  
Universidade Federal do Paraná



Prof.ª Dra. Iara Vigo de Lima  
Departamento de Economia  
Universidade Federal do Paraná



Ma. Danielle Cristina Guizzo Archela  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 1 de agosto de 2013

## RESUMO

O trabalho busca fazer uma investigação sobre de que forma as mais variadas áreas da obra de Adam Smith se relacionam com a questão da equidade. Para isso, são utilizadas como fontes do pensamento do autor as obras *Teoria dos Sentimentos Morais*, *A Riqueza das Nações* e *Lectures on Jurisprudence*. No primeiro capítulo, busca-se entender de que forma a concepção de Smith da natureza humana se coaduna com uma ação social dos homens mais voltada à geração de ações que privilegiem uma maior equidade ou não. Para isso, são analisados os conceitos de simpatia e espectador imparcial como mecanismos que permitem a formação da moralidade humana através das experiências empíricas dos homens. No segundo capítulo, busca-se entender o posicionamento político de Adam Smith com base na sua compreensão do funcionamento da História, dos governos e do sistema econômico. Em síntese, argumenta-se que Smith via a História como fruto de múltiplas interações humanas que resultam em consequências sociais não necessariamente planejadas anteriormente, mas que geram uma determinada ordem social a qual permite a vida em sociedade em um determinado contexto histórico e geográfico. A partir disso, depreende-se a postura de Smith como um reformador social moderado.

**Palavras-chave:** Adam Smith. Equidade. História do Pensamento Econômico. Natureza Humana. Posicionamento Político.

## ABSTRACT

The paper seeks to make a research on how the various areas of work of Adam Smith relate to the issue of equity. For this, the sources of the author's thought are the works *Theory of Moral Sentiments*, *The Wealth of Nations* and *Lectures on Jurisprudence*. In the first chapter, we seek to understand how the design of Smith's human nature is consistent with a social action of men more geared to the generation of actions which promote greater equity or not. For this, we analyse the concepts of sympathy and the impartial spectator as mechanisms that allow the formation of human morality through empirical experiences of men. In the second chapter, we seek to understand the political position of Adam Smith based on their understanding of the workings of history, government and economic system. In summary, it is argued that Smith saw history as a result of multiple human interactions that result in social consequences not necessarily planned earlier, but they generate a certain social order which allows life in society in a particular historical and geographical context. From this, it follows Smith's stance as a moderate social reformer.

**Keywords:** Adam Smith. Equity. History of Economic Thought. Human Nature. Political positioning.

## SUMÁRIO

|                                                                    |           |
|--------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                           | <b>6</b>  |
| <b>2 NATUREZA HUMANA E EQUIDADE .....</b>                          | <b>7</b>  |
| 2.1 A SIMPATIA.....                                                | 9         |
| 2.2 O ESPECTADOR IMPARCIAL .....                                   | 11        |
| 2.3 A FELICIDADE HUMANA.....                                       | 13        |
| 2.4 DA AMBIÇÃO DE RIQUEZA E DISTINÇÃO SOCIAL E SEUS EFEITOS .....  | 14        |
| 2.5 DAS POSSIBILIDADES DA AÇÃO HUMANA .....                        | 17        |
| <b>3 O POSICIONAMENTO POLÍTICO DE ADAM SMITH E A EQUIDADE.....</b> | <b>27</b> |
| 3.1 ESTADO E RELAÇÕES DE PODER.....                                | 31        |
| 3.2 ECONOMIA E EQUIDADE .....                                      | 35        |
| <b>4 CONCLUSÃO.....</b>                                            | <b>42</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                           | <b>44</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Adam Smith (1723-1790) é reconhecido como um dos maiores e mais influentes economistas políticos da História. A obra do autor escocês é de sobremaneira tão importante que ele é por muitos considerado como o pai ou o fundador da moderna ciência econômica. Isso decorre de o autor ter sido o primeiro a realizar a sistematização das mais variadas áreas do conhecimento econômico de seu tempo de modo a ordená-las em um todo coerente.

As duas obras mais importantes de Smith são a *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759) e *A Riqueza das Nações* (1776). A primeira versa sobre filosofia moral e, em síntese, trata da questão de como a mente forma um julgamento do que é ou não válido de aprovação e de como isso influencia a ação humana. Já a segunda busca demonstrar que, em um ambiente no qual prevaleçam a concorrência e a liberdade de empresa, os resultados econômicos buscados pelos indivíduos, sem prévio planejamento coletivo e respeitando-se os princípios da justiça, são na maioria das vezes benéficos ao conjunto da sociedade.

Deste modo, o objetivo geral deste trabalho consiste na realização de uma análise de como os mais variados aspectos da obra de Smith se relacionam com a questão da equidade. Esta, em síntese, trata-se da busca do alcance da maior igualdade possível, tanto jurídica como econômica, respeitando-se os princípios gerais de justiça e de Direito. Assim, são utilizadas como fonte de análise do pensamento do autor as obras *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações* bem como as anotações das aulas de Smith, as *Lectures on Jurisprudence*.

Destarte, este trabalho se subdivide em dois capítulos. No primeiro capítulo, a partir das ideias de simpatia e espectador imparcial, almeja-se entender até que ponto o entendimento de Smith da natureza humana se coaduna com a busca de uma maior equidade. Já capítulo seguinte, busca-se entender o posicionamento político e as ideias de Adam Smith, a partir de seu entendimento da evolução histórica da humanidade, do Estado e das relações de poder por ele ensejadas e do funcionamento defendido por Smith da sociedade comercial e suas relações com a distribuição de renda e com a equidade.

## 2 NATUREZA HUMANA E EQUIDADE

Adam Smith é um autor comumente reconhecido pela defesa da ideia – detalhada na obra *A Riqueza das Nações* – de que os indivíduos em sua ação econômica, desde que sujeitos à justiça e à ampla e irrestrita concorrência, motivados pelo autointeresse conseguem, na maioria das vezes, produzir, sem prévia combinação, resultados que sejam benéficos tanto individualmente como socialmente. Assim, identifica-se de forma clara a visão de Smith da necessidade da existência de regras de justiça que limitem eventuais ações individuais, motivadas pelo autointeresse, que sejam contrárias às práticas sociais vistas como justas e socialmente adequadas. Desta forma, deve-se buscar identificar de que forma as pessoas e as sociedades são levadas a formar um julgamento do que merece aprovação e do que não merece de modo a conseguir estabelecer adequadas regras de justiça. Adam Smith constrói a sua explicação de como se dá esse processo em sua obra *Teoria dos Sentimentos Morais*. Destarte, Skinner descreve as principais questões abordadas na obra de filosofia moral de Smith:

Thus the TMS was mainly concerned with the question of the means by which the mind comes to form a judgement as to what is worthy of approval, and what is not. It is argued that our perception of the propriety or impropriety of the actions taken, or feelings expressed, by another person is central to the decision, and that we can only reach this decision by conceiving what we ourselves should feel in a like situation. At the same time, however, Smith showed that the psychology of man was complex and that it included self-regarding as well as other-regarding propensities. A major task of the TMS thus emerged as being to explain the way in which men erect barriers against their own self-regarding propensities; a task which is fulfilled in so far as Smith was able to state that all societies feature certain general rules of justice and morality; rules which in effect express accepted patterns of behaviour, or 'values', which may be taken as data, at least at some point in time. Smith was careful to argue in this connection that accepted rules were in effect the by-product of our ability to frame judgements in particular cases (SKINNER, 1975, p. 5).

A análise desenvolvida na *Teoria dos Sentimentos Morais* pressupõe a existência de uma 'natureza humana' a qual permaneceria a mesma em seus princípios e modos de funcionamento em todas as épocas e localidades. Deste modo, os princípios da simpatia e do espectador imparcial e seus modos de funcionamento seriam comuns a todos os seres humanos, levando todas as sociedades, em um processo de evolução paulatinamente realizado, a desenvolver valores culturais de mérito e de demérito e regras gerais de convivência social e de justiça. Para Smith e para outros filósofos do iluminismo escocês, como David Hume (1711-1776) e Adam Ferguson (1723-1816), o conceito de natureza humana,

destarte, assumia importância central ao possibilitar um paradigma estável, e apto a permitir a formulação de expectativas de conduta, no estudo das ciências humanas:

Such a method is based on a number of key assumptions. The most important of these is that there exists a universal human nature which is, at base, unchanging. The habitual expectations which form the basis of natural science are premised on the notion that nature is in some basic sense unchanging; we expect there to be heat with a flame because it has always been so (Hume's constant conjunction). In the social sphere this model of constant conjunction must be present to allow us to form habitual expectations. Thus there must exist some universal principals of human behaviour, and for the Scots these lay in the principles of human nature. These principles of human nature are themselves to be drawn from the careful observation of historical experience through the comparative method. A conjectural history of human nature is what underpins the broader practice of conjectural history. Drawing on what we know of ourselves and our actions, and corroborating this with examples from history and literature allows us to identify key aspects of human behaviour that are in some sense trans-historical. That is, they are akin in form to the universality of nature, or that they are as much natural laws as those which guide the physical sciences (C. SMITH, 2006, p. 22).

Portanto, a natureza humana e as regras de justiça poderiam ser reduzidas a alguns princípios gerais que possam ser aplicados aos humanos em todas as circunstâncias, sendo a diversidade existente entre as variadas sociedades humanas constituída pelos meios (tanto institucionais como convencionais) de lidar com os princípios gerais da natureza humana em um contexto geográfico-histórico específico (C. SMITH, 2006, p. 59). Destarte, o presente capítulo tem por objetivo apresentar os princípios gerais da natureza humana identificados por Smith em sua obra buscando entender de que forma eles operam de modo a dar origem às distinções sociais e econômicas existentes entre os seres humanos, bem como de que forma, em um contexto adequado, eles poderiam favorecer a diminuição das desigualdades e a busca de uma maior equidade.

Assim, em um primeiro momento, discorre-se sobre os princípios da simpatia e espectador imparcial – que se constituem no fundamento do pensamento de Smith a respeito dos demais princípios da natureza humana – de modo a identificar em quais contextos dá-se uma maior simpatia entre os humanos de modo a tornar possível uma atitude de maior cooperação social e equidade. Em seguida, são apresentados os fundamentos da felicidade humana e da busca de riqueza e distinção social para Smith e os seus efeitos decorrentes. Por fim, uma vez postos os princípios fundamentais que constituem a natureza humana, faz-se uma análise de como os homens, a partir tanto de suas características de autointeresse como

benevolentes, podem pautar as suas ações de modo a resultar em atitudes e sociedades que privilegiem uma maior equidade ou não.

## 2.1 A SIMPATIA

As principais contribuições de Smith para a filosofia moral recaem em dois aspectos: a sua teoria da simpatia imaginativa e a ideia de espectador imparcial; ambas desenvolvidas a partir de ideias encontradas na obra de Hume, porém cada uma delas desenvolvida com grande sutileza de modo a tornar o resultado original (RAPHAEL, 1975, p. 85). Desta forma, Smith desenvolveu e enriqueceu com novos elementos a doutrina da simpatia de Hume: primeiramente, colocando uma constante ênfase nas situações nas quais a simpatia ocorre, e secundariamente, insistindo na real operação da simpatia através da mediação do parcial e bem-informado espectador (BAGOLINI, 1975, p. 105). Assim, a doutrina da simpatia, de Hume a Smith, possui como grande mérito a capacidade original de integração entre os elementos racionais e emocionais envolvidos na valoração moral bem como no processo de tomada de decisões (BAGOLINI, 1975, p. 102).

Para Adam Smith, o homem é naturalmente capaz de sentir simpatia e ser solidário (TSM, p. 22). Destarte, a obra de Smith não é tanto uma descrição das virtudes de excelência e adequação que somente alguns poucos podem alcançar, mas sim o foco principal recai sobre os sentimentos e emoções das pessoas comuns, em razão de tal sentimento ser uma das paixões originais de uma natureza humana comum a todos. Smith faz questão de esclarecer isso logo no primeiro parágrafo da *Teoria dos Sentimentos Morais*:

Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela. Dessa espécie é a piedade, ou compaixão, emoção que sentimos ante a desgraça dos outros, quer quando a vemos, quer quando somos levados a imaginá-la de modo muito vivo. É fato óbvio demais para precisar ser comprovado, que frequentemente ficamos tristes com a tristeza alheia; pois esse sentimento, bem como todas as outras paixões originais da natureza humana, de modo algum se limita aos virtuosos e humanitários, embora estes talvez a sintam com uma sensibilidade mais delicada. O maior rufião, o mais empedernido infrator das leis da sociedade, não é totalmente desprovido desse sentimento (TSM, p. 5).

No decorrer do texto, Smith deixa claro que o princípio da simpatia se aplica a todas as paixões humanas: “Seja qual for a paixão que proceda de um objeto

qualquer na pessoa primeiramente atingida, uma emoção análoga brota no peito de todo o espectador **atento** ao pensar na situação das outras” (grifo meu, TSM, p.7). Assim, o processo da simpatia inclui em primeiro lugar a representação mental da situação dos outros e, em segundo lugar, as atitudes emocionais e imaginativas que consistem em um sujeito se colocar no lugar de outra pessoa (BAGOLINI, 1975, p. 104). A seguir, o processo descrito segundo as palavras de Smith:

Como não temos experiência imediata do que outros homens sentem, somente podemos formar uma idéia da maneira como são afetados se imaginarmos o que nós mesmos sentiríamos numa situação semelhante. Embora nosso irmão esteja sendo torturado, enquanto nós mesmos estamos tranquilos, nossos sentidos jamais nos informarão sobre o que ele sofre. Pois não podem, e jamais poderão, levar-nos para além de nossa própria pessoa, e apenas pela imaginação nos é possível conceber em parte quais as suas sensações. Tampouco essa faculdade nos pode ajudar senão representando para nós as próprias sensações se nos encontrássemos em seu lugar. Nossa imaginação apenas reproduz as impressões de nossos sentidos, e não as alheias. Por intermédio da imaginação podemos nos colocar no lugar do outro, concebemo-nos sofrendo os mesmos tormentos, é como se entrássemos no corpo dele e de certa forma nos tornássemos a mesma pessoa, formando, assim, alguma idéia das suas sensações, e até sentindo algo que, embora em menor grau, não é inteiramente diferente delas. Assim incorporadas em nós mesmos, adotadas e tornadas nossas, suas agonias começam finalmente a nos afetar, e então trememos, e sentimos calafrios, apenas à imagem do que ele está sentindo. Pois, assim como sentir uma dor ou uma aflição qualquer provoca a maior tristeza, do mesmo modo conceber ou imaginar que a estamos sofrendo provoca certo grau da mesma emoção, na medida da vivacidade ou embotamento dessa concepção (TSM, p.5-6).

Destarte, o mecanismo de simpatia imaginativa apregoa que “as emoções do espectador sempre correspondem àquilo que, atribuindo-se o caso, **imagina** seriam os sentimentos do sofredor” (grifo meu, TSM, p. 7). Assim, para que se consiga formular adequadamente um sentimento de simpatia, é necessário um esforço de atenção por parte do espectador (TSM, p. 7) bem como um adequado conhecimento da realidade (TSM, p. 9) do outro. Nas palavras de Smith: “até mesmo nossa simpatia pela dor ou alegria de outrem, antes de sermos **informados** das causas de uma ou outra é sempre muito imperfeita” (grifo meu, TSM, p. 9). Deste modo, se o espectador não conseguir se imaginar adequadamente em uma determinada situação, ele não conseguirá sentir uma simpatia adequada em relação ao outro (TSM, p. 10). Assim, para que se consiga a formulação de um sentimento de simpatia que suporte o processo de formação de pessoas, instituições e de uma sociedade mais equânimes, é necessário que os cidadãos conheçam e estejam mais bem informados a respeito da **real situação** dos demais membros da sociedade, um processo que requer certa disponibilidade de tempo livre, um adequado processo

educacional dos membros da sociedade e um contato real com a realidade dos demais membros da sociedade.

## 2.2 O ESPECTADOR IMPARCIAL

De acordo com a doutrina da simpatia imaginativa, quando as paixões das pessoas correspondem às paixões solidárias do espectador, então parecem ser a este último justas e próprias, adequadas aos seus objetos, e quando não correspondem, não parecem ser justas e próprias (TSM, p. 15). Todavia, mesmo que, no momento, não haja, por algum motivo, uma correspondência exata de sentimentos e de simpatia, o espectador tenderá a julgar a ação como adequada se ela corresponder a sua experiência anterior de adequação (TSM, p. 16). Destarte, depreende-se a capacidade do ser humano de se afastar de seus sentimentos imediatos a fim de tentar realizar uma análise da adequação ou conveniência de uma determinada ação de outrem.

Tal capacidade do ser humano será explicada por Smith através da formulação do mecanismo do espectador imparcial. Este basicamente consiste na capacidade de o ser humano se afastar dos seus interesses imediatos a fim de apreciar a conduta do outro. Este processo se torna possível em razão da capacidade de imaginação do homem, o que o possibilita a se pôr na perspectiva do outro de modo a julgar suas ações com equidade, mesmo que elas, de alguma forma, coloquem-se de forma contrária aos seus interesses pessoais:

In Adam Smith's theory of approval, the spectator's sympathy is concerned first with the motive of the agent. The spectator imagines himself in the shoes of the agent, and if he finds that he would share the agent's feelings, the correspondence of sentiments constitutes his 'sympathy' (as Smith used the term) and causes him to approve the agent's motive as right and proper. In some circumstances a second species of sympathy may be added to this first one. If the agent's action benefits another person, the spectator may find that he sympathizes with the beneficiary's gratitude as well as with the agent's benevolence. This double sympathy causes the spectator to approve of the action as meritorious. That is Smith's theory of approval in a nutshell (RAPHAEL, 1975, p. 96).

Assim, Smith afirma a existência de um critério muito preciso para a consideração da adequação ou não de uma ação: o grau próprio ou justo da medida do ressentimento ou punição dada a uma ação é aquele que possui a simpatia do espectador imparcial (RAPHAEL, 1975, p. 88). Entretanto, Smith não afirma que o espectador imparcial seja onisciente ou onipresente, mas sim que ele se constitui

apenas em um observador normal o qual não seria pessoalmente afetado. Para Smith, a consciência é um produto social, ou seja, um espelho do sentimento social, de modo que sem a sociedade, um homem não poderia pensar nem mesmo a respeito do seu próprio caráter (RAPHAEL, 1975, p. 89). Deste modo, mesmo que o espectador imparcial possa discordar dos espectadores reais, aquele tem sua origem nestes (MIZUTA, 1975, p. 128):

Adam Smith's impartial spectator is disinterested, but neither omniscient nor omnipercipient, and he is certainly not dispassionate. He has the normal feelings of a normal human being. He approves and disapproves according to his sympathies with or antipathies to the feelings of agents and of people affected by action. So far as judgments about others are concerned, Adam Smith's spectator simply *is* any normal observer who is not personally affected (RAPHAEL, 1975, p. 95).

Destarte, a teoria do espectador imparcial de Smith se constitui em uma forma de explicar a consciência e a moralidade através do empírico, ou seja, dos naturais efeitos das experiências ordinárias (RAPHAEL, 1975, p. 98). Assim, a teoria do espectador imparcial foi, para Smith, uma explicação sociológica e psicológica de algumas capacidades morais humanas (RAPHAEL, 1975, p. 96). Tanto é assim que uma das grandes originalidades do trabalho de Smith é o desenvolvimento do conceito de espectador imparcial para explicar os julgamentos de consciência feitos por um agente a respeito de suas próprias ações (RAPHAEL, 1975, p. 87) podendo o agente se identificar tanto com o imaginado espectador imparcial a ponto de obliterar o sentimento natural de autointeresse a fim de agir com maior equidade (RAPHAEL, 1975, p. 94). Todavia, uma vez que o espectador imparcial é fundado na experiência cotidiana dos seres humanos, como evitar que ele seja falho por ser extremamente subjetivo e individual? Bagolini oferece uma boa resposta para essa questão, argumentando que quanto mais bem informado for o indivíduo a respeito de seu contexto histórico e social, maior é a possibilidade de seu espectador imparcial se tornar menos parcial e mais equânime:

The judgement of the spectator is so much less partial, the better, I repeat, he is informed of the social situations in which his judgement is uttered. Impartially is not absolute but relative to the social standards of conduct. These standards, may assume, in a given historical moment, the character of norms resulting from sympathetic processes that have previously determined the formulation of such norms (BAGOLINI, 1975, p. 106-107).

## 2.3 A FELICIDADE HUMANA

Para Smith, nada pode ser mais agradável do que a ocorrência de uma simpatia mútua e nada pode causar mais decepção do que a falta de simpatia com os seus próprios sentimentos:

Mas, seja qual for a causa da simpatia, ou do que a provoca, nada nos agrada mais do que observar em outros homens uma solidariedade com as emoções de nosso próprio peito; e nada nos choca mais do que a aparência do contrário. (TSM, p. 11) [...] A simpatia reaviva a alegria e alivia a dor. Reaviva a alegria apresentando outra fonte de satisfação; e alivia a dor insinuando, no coração, quase a única sensação agradável que nesse momento é capaz de receber (TSM, p. 13).

Todavia, a simpatia não deriva de um simples e egoísta amor de si (TSM, p. 12). Isso ocorre em razão de a própria incapacidade de simpatizar com os sentimentos de alguém resultar em mágoa para o ser humano (TSM, p. 14). Em síntese, os seres humanos buscariam a estima e aprovação dos outros não somente pelas vantagens que isso possa lhes trazer, ou seja, não somente por um cálculo utilitarista, mas por isso ser essencial a sua felicidade (TSM, p. 43). Nas palavras de Smith:

Se conforme acredito, **a maior parte da felicidade humana surge da consciência de ser amado**, essas súbitas mudanças de fortuna raramente contribuem muito para a felicidade. O mais feliz é aquele que avança gradualmente até a grandeza, cujos passos para a promoção o público antevê muito antes de ele a atingir, e em quem, por isso, quando alcançá-la, não despertará nenhuma alegria extravagante, e com relação ao qual não possam criar, razoavelmente, nem ciúme naqueles a quem supera, nem inveja naqueles a quem deixou para trás (grifo meu, TSM, p. 48).

Assim, para Smith, a felicidade humana consiste na consciência de se sentir amado. Deste modo, a felicidade humana assume um caráter igualitário e democrático para Smith, uma vez que, mesmo a despeito das grandes diferenças de riqueza entre os membros de uma sociedade, todos eles têm possibilidades semelhantes de conquistar o carinho e o amor de seus próximos. Desta forma, Smith afasta a capacidade econômica e a posição social do indivíduo como elementos essenciais à felicidade humana, colocando em seu lugar a tranquilidade de espírito e a consciência de se sentir amado:

In what constitutes the real happiness of human life, [the poor and obscure] are in no respect inferior to those who would seem so much above them. In ease of the body and peace of mind, all the different ranks of life are nearly upon a level, and the beggar, who suns himself by the side of the highway, possesses that security which kings are fighting for (SMITH *apud* CROPSEY, 1975, p. 142).

A felicidade consiste na tranquilidade e prazer. Sem tranquilidade não há prazer, e quando há perfeita tranquilidade dificilmente algo não diverte. Mas

em toda situação permanente, quando não há esperança de mudança, o espírito de todo homem cedo ou tarde retorna a seu natural e usual estado de tranquilidade. Na prosperidade, depois de algum tempo recua a esse estado; na adversidade, depois de certo tempo, avança até ele (TSM, p. 179-180).

Na mais fulgurante e grandiosa situação que nossa ociosa imaginação pode nos apresentar, os prazeres dos quais nos propomos extrair nossa verdadeira felicidade são quase sempre iguais aos que, em nossa humilde posição real, temos todo o tempo à mão e em nosso poder. Exceto os frívolos prazeres da vaidade e superioridade, podemos encontrar na mais humilde posição, em que só há liberdade pessoal, tudo o que a mais grandiosa posição pode oferecer; e os prazeres da vaidade e superioridade raramente são consistentes com a perfeita tranquilidade, princípio e fundamento de todo o prazer real e satisfatório (TSM, p. 181).

## 2.4 DA AMBIÇÃO DE RIQUEZA E DISTINÇÃO SOCIAL E SEUS EFEITOS

Como visto, para Smith a felicidade do homem consiste no sentir-se amado e na tranquilidade de espírito, condições as quais homens “saúdáveis, sem dívidas e que têm a consciência limpa” (TSM, p. 53) poderiam alcançar independentemente de suas posições econômicas e sociais dentro da sociedade. Este entendimento possibilita a Smith que, mesmo reconhecendo o caráter injusto da opressiva desigualdade de seu tempo (LJP, p. 564), admita a existência de certo grau de desigualdade econômica, uma vez que o principal objetivo da existência humana seria o alcance da felicidade, a qual não seria de modo intrínseco e determinístico afetada pela desigualdade econômica. Mas, se o principal objetivo da existência humana é a felicidade e esta não é fruto do acúmulo de riqueza, o que levaria os seres humanos a buscarem a riqueza e a distinção social?

Segundo Smith, a “tendência a simpatizar com a alegria é muito mais forte do que a simpatizar com o sofrimento” (TSM, p. 53) e “nossa solidariedade pela emoção agradável se aproxima muito mais da vivacidade do que naturalmente sentem as pessoas diretamente atingidas, do que a concebemos pela dolorosa” (TSM, p. 53). Destarte, em razão de os homens serem mais dispostos a simpatizar com a alegria do que com a dor alheia, é que os seres humanos buscariam acumular e exibir riqueza e esconder a sua pobreza (TSM, p. 59). Deste modo, a busca pela grande riqueza não se dá, unicamente, em razão do desejo de um maior conforto material, mas sim principalmente pelo desejo de ser alvo de simpatia e admiração dos outros, de forma a tornar-se “importante”:

Pois de onde, então, origina-se essa emulação que perpassa todas as diferentes ordens de homens, e a que benefícios aspiramos com esse grande propósito da vida humana que chamamos melhorar nossa condição? Ser notado, servido, tratado com simpatia, complacência e aprovação, são todos os benefícios a que podemos aspirar. É a vaidade, não o bem-estar ou prazer que nos interessa. Mas a vaidade sempre se funda sobre a crença de que somos objeto de atenção e aprovação. O homem rico jacta-se de sua riqueza, porque sente que isso dirige sobre si a atenção do mundo, e que os homens estão dispostos a aceder a todas as emoções agradáveis com que os benefícios de sua situação o cobrem tão prontamente. Ao mero pensamento disso, seu coração parece inchar e dilatar-se, e, por esta razão, aprecia ainda mais sua riqueza do que por todos os demais benefícios que lhe proporciona. O homem pobre, ao contrário, envergonha-se de sua pobreza. Sente que ou essa situação o coloca fora da vista das pessoas, ou que, se o percebem, têm quase nenhuma solidariedade para com a miséria e aflição de que é vítima. Sente-se mortificado pelos dois motivos, pois, embora ser negligenciado e desaprovado seja inteiramente distinto, do mesmo modo como a obscuridade nos oculta da luz diurna das honras e aprovação, sentir que não somos notados necessariamente sufoca a mais agradável das esperanças e decepciona o mais ardente desejo da natureza humana. O homem pobre sai e entra desacomodado, e quando no meio de uma multidão permanece tão obscuro como se estivesse fechado em sua choupana. Esses humildes cuidados e dolorosas atenções de que se ocupam os que estão na sua situação não oferecem divertimento aos dissipados ou alegres. Desviam dele os olhos, ou, se a sua extrema aflição os força a olhar para ele, é apenas para expulsar de seu meio um objeto tão desagradável. Os afortunados e altivos espantam-se com a insolência desse farrapo humano, que se atreve a apresentar-se perante eles, e com o odioso aspecto de sua miséria que, presumem, irá perturbar sua serena felicidade. O homem de honra e distinção, ao contrário, é notado por todos. Todos anseiam por contemplá-lo, e conceber, pelo menos por simpatia, a alegria e exultação que suas condições naturalmente inspiram. Suas ações são objeto de atenção pública. Dificilmente lhe escapem um gesto ou uma palavra que passem despercebidos. Numa grande reunião, é a pessoa para a qual todos dirigem seus olhares; todas as paixões alheias parecem esperar por ele com expectativa, a fim de receberem o movimento e direção que ele lhes imprimirá; e caso seu comportamento não seja inteiramente absurdo, terá a cada momento a ocasião de interessar os demais, e tornar-se objeto da observação e solidariedade de todos que o cercam (TSM, p. 60-61).

Deste modo, a riqueza e a grandeza se constituem em um fácil domínio sobre o afeto dos homens. Assim, resultavam em uma ilusão – claramente compreendida por Smith – de que “a felicidade pessoal era fruto, principalmente, da riqueza material” (HUNT, 2005, p. 43). Esta disseminada ilusão tinha um aspecto positivo para Smith como forma de estímulo econômico à humanidade mantendo em contínuo avanço a destreza e diligência dos homens:

É bom que a natureza se imponha a nós dessa maneira. É essa ilusão que dá origem e mantém em contínuo movimento a destreza dos homens. É o que primeiro os incitou a cultivar o solo, a construir casas, a fundar cidades e estados e a inventar e a aperfeiçoar todas as ciências e artes, que enobrecem e embelezam a vida humana (TSM, p. 225).

Por outro lado, Smith coloca esta busca de riqueza e distinção social como a causa de toda a injustiça e corrupção dos sentimentos morais existente na sociedade:

E assim, a posição, aquele grande objeto que separa as esposas dos edis (*alderman*), é a finalidade de metade dos esforços da vida humana; é a causa de todo o tumulto e torvelinho, toda a rapinagem e injustiça, que a avareza e a ambição introduziram no mundo. Dizem que as pessoas de bom-senso na verdade desprezam a posição, isto é, desprezam sentar-se na cabeceira da mesa, e são indiferentes a quem essa frívola circunstância, que a menor vantagem é capaz de desequilibrar, indica como companhia. Mas hierarquia, distinção, preeminência, homem algum despreza, salvo se houver se elevado muito acima, ou caído muito abaixo do padrão comum da natureza humana; salvo se ou for tão imbuído de sabedoria e verdadeira filosofia que, embora a conveniência de sua conduta o torne justo objeto de aprovação, é-lhe de somenos importância ser notado ou não, aprovado ou não; ou esteja tão habituado a ideia de sua própria mediocridade, tão mergulhado em indolente e embrutecida indiferença, que se tenha esquecido inteiramente do desejo e de quase toda a vontade de superioridade (TSM, p. 69-70).

This disposition to admire, and almost to worship, the rich and the powerful, and to despise or, at least, to neglect persons of poor and mean condition, though necessary both to establish and to maintain the distinction of ranks and the order of society, is, at the same time, the great and most universal cause of the corruption of our moral sentiments (SMITH *apud* CROSEY, p. 139).

Com a formação de uma sociedade baseada em altas desigualdades, o poder excessivo de alguns faz com que eles estejam efetivamente acima das leis e das instituições resultando em grandes malefícios sociais<sup>1</sup>. De modo correlato, as sanções morais e sociais costumam ser mais severas aos pobres do que aos ricos, em razão de que os homens inferiores sempre estarem sob todo o poder da lei, ao passo que os homens superiores muitas vezes, infelizmente, estarem acima do poder da lei (TSM, p. 74). Assim, “os grandes nunca consideram seus inferiores como iguais” (TSM, p. 67). Já os demais homens se habituem a erguer os olhos e enxergarem as pessoas acima como seus superiores naturais. Este é um dos motivos da enorme dificuldade em combater as dominações sociais. Assim, a razão e a filosofia ficam com a ingrata tarefa de se por contra a natureza humana<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> “Em muitos governos, os candidatos aos mais altos cargos estão acima da lei; e, se podem conquistar o objeto de sua ambição, não receiam prestar contas dos meios pelos quais o adquiriram. Portanto, frequentemente se esforçam, não apenas valendo-se de fraude e falsidade – as ordinárias e vulgares artes da intriga e conspiração –, mas às vezes perpetrando os piores crimes, assassinato e morte, rebelião e guerra civil, para superar e destruir os que impedem ou fecham o caminho para a sua grandeza.” (TSM, p. 76)

<sup>2</sup> “Que os reis são servos do povo, a quem de deve obedecer, resistir, depor ou punir conforme exija o bem-estar público, é doutrina da razão e da filosofia, mas não da natureza.” (TSM, p. 63)

## 2.5 DAS POSSIBILIDADES DA AÇÃO HUMANA

A combinação das capacidades humanas da imaginação e da simpatia bem como da necessidade de amor e aprovação pelos seus semelhantes levaram Smith a assegurar o fato de natureza ter formado o homem para a vida em sociedade (CROPSEY, 1975, p. 135). Como já visto, as próprias habilidades de simpatia e formulação de um espectador imparcial dependem do convívio social. Destarte, este assume um papel central na existência dos homens, de modo que a formação da psicologia, da forma de pensar e interpretar o mundo e de nele agir são profundamente influenciadas pela sociedade na qual os indivíduos convivem e pelos seus respectivos contextos sociais, econômicos e de trajetórias de vida dentro dessas sociedades.

Segundo Smith, “quando criou o homem para a sociedade, a natureza o dotou de um desejo original de agradar, e de uma aversão primária a ofender seus irmãos” (TSM, p. 146). A ordem em que os indivíduos são recomendados para os cuidados e a afeição dos homens se dá a partir da proximidade que aqueles mantêm com estes – de modo que a maior afeição é comumente dirigida aos filhos, pais e irmãos<sup>3</sup>. Essa ordem de afeto dá-se em razão de os indivíduos mais próximos serem aqueles que mais impactam a felicidade do homem, sendo que, à medida que a relação vai se tornando mais remota, menor é o grau de afeição (TSM, p. 276) de modo que o ser humano tem pouco interesse e solidariedade na sorte de alguém que esteja distante e na qual ele julga que não possa interferir nem positiva nem negativamente (TSM, p. 169).

Diante da necessidade humana de aprovação e estima dos outros, Smith assegura que “diante de todos os infortúnios externos que podem afetar um homem inocente imediata e diretamente o maior é, com certeza, a perda imerecida da reputação” (TSM, p. 173). Assim, o homem buscará conciliar o ímpeto de suas emoções com uma conduta social baseada na prudência a fim de evitar a censura e a repreensão (TSM, p. 159).

---

<sup>3</sup> Depois de si mesmo, os membros de sua família, os que habitualmente vivem em sua casa, seus pais, filhos, irmãos e irmãs, são naturalmente objetos de seus mais cálidos afetos. São natural e comumente as pessoas sobre cuja felicidade ou desgraça a sua conduta deve ter maior influência. Está mais habituado a simpatizar com elas; conhece melhor como provavelmente tudo as afetará, e sua simpatia por elas é mais precisa e determinada, do que pode ser com a maior parte das outras pessoas. Em suma, é mais próxima do que ele sente por si mesmo.” (TSM, p. 274-275)

A fim de agir com prudência, o homem se guiará tanto por aspectos emocionais de avaliação como pela razão e por regras sociais de conduta, moralidade e Justiça. É importante ressaltar que tais regras, além de servirem de auxílio ao homem em sua relação com os seus mais variados impulsos e paixões<sup>4</sup>, também são extremamente importantes por aumentar a previsibilidade das ações (aumentando consequentemente a confiança entre os membros da sociedade e gerando uma maior harmonia social) (TSM, p. 196 e 422) e por servirem de garantia ao estabelecimento de um ambiente social mais estável no qual os seres humanos possam interagir com menos incertezas a fim de garantir os seus interesses e a sua felicidade. Assim, diante da importância das regras e de um estado de ordem social, Smith faz as seguintes afirmações:

As regras que a natureza segue lhe são adequadas, as que o homem segue são adequadas para si mesmo; mas ambas são calculadas para propiciar a mesma grande finalidade: a ordem do mundo, a perfeição e a felicidade da natureza humana (TSM, p. 203).

Na prática de outras virtudes, nossa conduta deveria ser orientada mais por certa ideia de conveniência, certo gosto por uma regularidade de conduta, que por respeito a uma máxima ou regra exata; e deveríamos respeitar a finalidade e o fundamento da regra mais do que a regra em si. Mas dá-se o contrário quando se trata da justiça: o homem menos cultivado, o que segue com mais obstinada constância as regras gerais nelas mesmas, é o mais recomendável, aquele em quem mais se pode confiar (TSM, p. 212).

Dizem que o homem ama naturalmente a sociedade, e deseja que a união da humanidade seja preservada para seu próprio bem, mesmo que não tire benefício disso. O estado ordeiro e florescente da sociedade lhe agrada, e deleita-se em contemplá-la. A desordem e confusão, ao contrário, são objeto de sua aversão, e tudo o que tende a produzi-las causa-lhe pesar. Também percebe que seu próprio interesse está associado à prosperidade da sociedade, e que a felicidade, talvez a conservação de sua vida, depende da conservação da sociedade. Por todos esses motivos, portanto, o homem detesta tudo o que pode tender a destruir a sociedade, e está disposto a usar de todos os meios para impedir um evento tão odiado e temido (TSM, p. 109).

Destarte, como será visto no próximo capítulo, hábitos, rotinas e instituições evoluem em uma velocidade baixa, muitas vezes conservando características que, se no passado foram úteis, no presente não se mostram as mais adequadas para se lidar com os diferentes aspectos sociais. Esta lenta evolução também ocorre com a questão da equidade social. Isso ocorre em razão de as pessoas possuírem uma predileção muito maior por aquelas que fazem parte de seu círculo íntimo em

---

<sup>4</sup> “Essas regras gerais de conduta, uma vez fixadas em nosso espírito por uma reflexão habitual, são muito úteis para corrigir os equívocos do amor de si quanto ao que adequada e propriamente se deve fazer em nossa situação particular.” (TSM, p. 193)

relação ao resto da sociedade, de modo que aqueles que são beneficiados pelo *status quo*, acostumados com toda a sorte de privilégios, comportam-se do modo mais obstinado possível a mantê-los<sup>5</sup>. Do mesmo modo, aqueles que não são beneficiados pelo *status quo* também contribuem para a baixa velocidade de mudança do sistema, seja pela necessidade de assegurar o seu autointeresse e de seus próximos, seja pela grande dificuldade (agravada pela falta de uma educação adequada) de compreender o caráter de dominação e da falta de justiça social da sociedade na qual vivem, levando muito tempo para a incredulidade e um adequado senso crítico em relação às instituições sociais de seu tempo amadurecerem:

Parece haver nas crianças pequenas uma disposição instintiva a acreditar em tudo que lhe dizem. A natureza parece ter julgado necessário para sua conservação que, ao menos por certo tempo, depositassem confiança irrestrita nas pessoas a quem cabe o cuidado com sua infância, e das primeiras e mais essenciais fases de sua educação. Sua credulidade, por essa razão, é excessiva e é preciso uma longa experiência de falsidade dos homens para reduzi-las a algum grau de desconfiança e suspeita. Em adultos, os graus de credulidade são, sem dúvida, bastante distintos. Os mais sábios e experientes são geralmente os menos crédulos. Mas raro é o homem menos crédulo do que deveria, e que muitas vezes não dê crédito a contos que não apenas se mostram perfeitamente falsos, como ainda não poderiam parecer-lhe verdadeiros, se os examinasse com um grau muito moderado de reflexão e atenção. **A disposição natural é sempre a acreditar. Apenas a sabedoria e a experiência adquiridas ensinam a incredulidade, e raramente a ensinam o bastante.** O mais sábio e cauteloso de nós com frequência dá crédito a histórias de que depois ele mesmo se envergonha e se espanta de ter sequer cogitado nelas acreditar (grifo meu, TSM, p. 420).

Desta forma, a maioria dos processos de avanços progressistas que têm sua origem nos mais desvalidos dá-se quando as situações de inequidade se tornam, de uma forma ou outra, claramente compreensíveis à população, muitas vezes prejudicando interesses específicos caros a determinados segmentos sociais. Smith narra, por exemplo, um caso assim na Riqueza das Nações:

Durante a maior parte dos séculos XIV e XV, o poder dos grandes barões ainda estava em pleno vigor, na maior parte da Europa. Entretanto, já havia decaído muito o poder temporal do clero, o controle absoluto que havia chegado a manter sobre a massa da população. Durante essa época, o poder da Igreja foi mais ou menos reduzido, na maior parte da Europa, ao que decorria de sua autoridade espiritual, e mesmo esta foi muito enfraquecida quando deixou de se estribar na caridade e na hospitalidade do clero. As classes inferiores da população já não viam a classe clerical, como anteriormente, como consoladora de suas desgraças e aliviadora de sua indigência. Pelo contrário, o povo humilde se indignava e se revoltava com a vaidade, o luxo e as despesas do clero mais rico, que comprovadamente gastava para satisfazer seus próprios prazeres o que

---

<sup>5</sup> “Quando aquela paixão tomar inteiramente posse do peito, não admitirá nem rival nem sucessora. Para os que se habituaram a tal posse ou até à esperança de admiração pública, todos os demais prazeres repugnam e se arruinam.” (TSM, p. 69)

anteriormente sempre havia sido considerado patrimônio dos pobres (RN, v. 2, p. 229-230).

De todo o modo, mesmo com tais avanços progressistas, devido à baixa capacidade de velocidade de mudanças positivas nas mais diversas instituições sociais, as grandes desigualdades sociais se mantêm. Isso, aliado à pluralidade de ambientes sociais e do pensamento humano acabam por gerar contextos sociais diversos que influenciam de formas diversas a formação do pensamento dos cidadãos. Nas palavras de Smith: “Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais” (RN, v. 2, p. 213). No que tange a divisão entre ricos e pobres, segundo Smith, a moralidade dos pobres seria mais austera em função da maior vulnerabilidade social destes, ao passo que a dos ricos seria mais liberal em função de sua maior independência financeira e social<sup>6</sup>. A partir disso, pode-se perceber mais um dos motivos que levam a dificuldade de avanços progressistas de ampliação da liberdades individuais e de maior equidade: justamente aqueles grupos mais desfavorecidos e que mais beneficiariam de mudanças são os que estão sujeitos às mais duras reprimendas – tanto de seus superiores quanto de seus congêneres – caso resolvam praticar alguma determinada ação que vá contra o *status quo*. Cabe ressaltar, ainda, que Smith percebeu claramente que a moralidade e o pensamento social das classes menos

---

6 “Em toda sociedade civilizada, em toda sociedade em que se tenha estabelecido plenamente a distinção de classes, sempre houve simultaneamente dois esquemas ou sistemas diferentes de moralidade; um deles pode ser denominado rigoroso ou austero e o outro, liberal ou, se preferirmos, frouxo. O primeiro costuma ser admirado e reverenciado pelas pessoas comuns e o segundo geralmente é mais estimado e adotado pelas chamadas pessoas de destaque. O grau de desaprovação que se deve atribuir às depravações da leviandade – males que facilmente se originam da grande prosperidade e do excesso de satisfação e bom humor – parece constituir a principal diferença entre esses dois esquemas ou sistemas opostos. No sistema liberal ou frouxo, o luxo, a devassidão e até mesmo a alegria desordenada, a busca de prazer até certo grau de intemperância, a violação da castidade, ao menos de um dos dois sexos, etc., desde que não venham acompanhados de indecência grosseira e não levem à falsidade ou à injustiça, são geralmente tratados com bastante indulgência, sendo facilmente desculpados, ou até mesmo perdoados. Ao contrário, no sistema austero, esses excessos são vistos com o máximo de repugnância e ódio. As depravações da leviandade são sempre maléficas para as pessoas comuns, bastando muitas vezes um descuido e a dissipação de uma semana para arruinar para sempre um trabalhador pobre e levá-lo, pelo desespero, a cometer os maiores crimes. Por isso, a parcela mais sensata e melhor do povo sempre aborrece e detesta ao máximo tais excessos, e com a experiência que têm tais pessoas, sabem de imediato que elas são fatais a todas as pessoas de sua condição. Ao contrário, o desregramento e a extravagância de vários anos nem sempre levarão à ruína um homem de posição, e as pessoas dessa classe são fortemente propensas a considerar o poder de entregar-se até certo ponto a tais excessos como uma das vantagens de sua fortuna, e a liberdade de fazer isso sem censura ou repreensão como um dos privilégios condizentes com sua posição. Por isso, em se tratando de pessoas de sua posição, é muito pequena a desaprovação que dão a tais excessos, e mínima ou até nula a censura que lhes imputam.” (RN, v. 2, p. 222-223)

favorecidas é, também, em grande parte controlado pelas elites sociais, como se pode depreender da seguinte afirmação:

A ciência é o grande antídoto para o veneno do fanatismo e da superstição, e quando todas as classes superiores da população estiverem imunizadas contra esse veneno, as classes inferiores não poderão ficar muito expostas a ele (RN, v. 2, p. 224).

A partir do exposto acima da questão de como os aspectos materiais de vida condicionam a mentalidade e a ação das pessoas, segue-se uma das principais conclusões de Adam Smith: à medida que as sociedades vão evoluindo, elas tenderiam a se tornar mais liberais de forma que em sociedades civilizadas as virtudes de benevolência seriam mais cultivadas que as de autodomínio, enquanto que em sociedades em estágios mais primitivos, as virtudes do autodomínio se sobreporiam às da benevolência<sup>7</sup>. Percebe-se aqui um aspecto otimista do pensamento de Smith, de que à medida que os seres humanos conquistam certa tranquilidade material e existencial, seria facilitada aos seres humanos a possibilidade de opção de ações de uma maior atenção ao outro, condizentes com o seu “senso natural de equidade” (TSM, p. 128), paulatinamente podendo resultar em avanços sociais os quais poderiam propiciar uma maior equidade.

Para Smith, uma das grandes forças que impulsionam este avanço das condições econômicas e de sobrevivência do indivíduo é o autointeresse, o qual é considerado um adequado princípio da natureza humana:

Sem dúvida, todo homem é por natureza primeiro e principalmente recomendado a seus próprios cuidados, **e como é mais adequado para cuidar de si mesmo do que qualquer outra pessoa, é adequado e correto que faça assim**. Portanto, todo homem está muito mais profundamente interessado no que diz respeito imediatamente a si, do que no que diz respeito a outro homem qualquer (grifo meu, TSM, p. 102-103).

<sup>7</sup> “Entre nações civilizadas, as virtudes que se fundam sobre a humanidade são mais cultivadas do que as que se fundam sobre a abnegação e o domínio das paixões. O caso é outro quando se trata de nações rudes e bárbaras: as virtudes da abnegação são mais cultivadas que as de humanidade. A segurança e felicidade geral que prevalecem em tempos de civilidade e polidez oferecem pouco esforço ao desprezo pelo perigo, à paciência em suportar trabalhos, fome e dor. Pode-se evitar facilmente a pobreza, e por essa razão o desprezo por ela quase cessa de ser virtude. A abstinência do prazer torna-se menos necessária, o que deixa o espírito mais livre para relaxar e para permitir suas inclinações naturais em todos esses aspectos particulares. [...] O caso é outro entre bárbaros e selvagens. Todo selvagem experimenta uma espécie de disciplina espartana e, pela necessidade de sua situação, acostuma-se a toda a sorte de durezas. Está em contínuo perigo, frequentemente exposto a extremos de fome, não raro morre de pura carência. Suas circunstâncias não apenas o habitua a toda sorte de aflição, como o ensinam a não dar vazão a nenhuma das paixões que essa aflição tende a suscitar. Não pode esperar a simpatia nem a indulgência de seus compatriotas por tal fraqueza. **Pois, antes de lamentarmos tanto por outros, devemos, em certa medida, estar despreocupados. Se nossa própria miséria nos aguilhoa tão severamente, não temos vagar para cuidar da miséria alheia;** e todos os selvagens estão ocupados demais com suas próprias carências e necessidades, para dar muita atenção às de outras pessoas.” (grifo meu, TSM, p. 252-253)

Dá-se o contrário quando se trata de objetos de interesse pessoal mais importantes e extraordinários. Revela-se de espírito mesquinho quem não persegue tais objetivos por si mesmo, com alguma perseverança. Deveríamos desprezar um príncipe que não se preocupasse em conquistar ou defender uma província. Deveríamos ter pouco respeito por um cavalheiro de baixa patente que não se empenhasse em adquirir posses ou mesmo um cargo considerável, quando os poderia obter sem mesquinha ou injustiça. Um membro do Parlamento que não demonstra entusiasmo pela sua própria eleição é abandonado pelos amigos por ser totalmente indigno de sua afeição. Até mesmo colegas julgam frouxo o comerciante que não move uma palha para ter o que chamam um excelente serviço ou um benefício incomum. Essa ousadia e entusiasmo fazem a diferença entre o homem empreendedor e o homem de obtusa regularidade. **Aqueles grandes objetos de interesse próprio, cuja perda ou aquisição muda inteiramente a posição social de alguém, são objetos da paixão propriamente chamada ambição, paixão que, quando mantida dentro das fronteiras da prudência e da justiça, é sempre admirada no mundo,** mas, quando ultrapassa os limites dessas duas virtudes, assumindo um esplendor irregular que ofusca a imaginação, torna-se não apenas injusta, mas extravagante (grifo meu, TSM, p. 210).

**O cuidado da saúde, da fortuna, da posição e da reputação do indivíduo – objetos dos quais se supõe que dependam principalmente seu conforto e felicidade nesta vida – é considerada a empresa própria daquela virtude comumente chamada de prudência.** Já se comentou que o sofrimento causado por decairmos de uma situação melhor para uma pior é muito superior ao regozijo que sentimos ao ascendermos de uma situação pior para uma melhor. Portanto, a segurança é o primeiro e principal objeto da prudência. É avessa a expor nossa saúde, nossa fortuna, nossa posição ou reputação a qualquer espécie de perigo. É antes cautelosa que empreendedora, e mais preocupada em conservar as vantagens que já possuímos do que disposta a nos incitar à aquisição de vantagens ainda maiores. Os métodos para melhorar nossa fortuna, os quais a prudência nos recomenda principalmente, são os que não nos expõem a perigos ou riscos: verdadeiro conhecimento e habilidade em nosso negócio ou profissão, constância e diligência no exercício desta, frugalidade, e até mesmo certo grau de parcimônia em todas as nossas despesas (grifo meu, TSM, p. 266).

Destarte, o autointeresse, através de suas mais variadas formas como a ambição e a prudência, impulsiona o homem à busca de um maior conforto e felicidade, possibilitando, em um adequado contexto político-econômico-jurídico, a aquisição de uma maior independência social e econômica do indivíduo. Esta independência, por um lado, possibilita uma maior liberdade de ação do indivíduo frente ao contexto econômico no qual se insere cuja importância é fundamental para um sistema econômico liberal e de concorrência atomizada como o defendido por Smith, o qual será abordado no próximo capítulo deste trabalho. Por outro lado, esta maior liberdade de ação, assegurada por uma mais ampla capacidade econômica, possibilita ao indivíduo o aumento tanto de sua capacidade de defender os seus próprios interesses – já que não estaria mais tão fortemente limitado por algum tipo de poder senhorial exercido sobre ele – como, em um momento mais avançado de

conhecimento e reflexão do agente, se for da vontade do indivíduo, defender o interesse público<sup>8</sup>, mesmo que este possa em algum aspecto contrastar com determinados interesses pessoais específicos: “A todo momento o homem sábio e virtuoso está disposto a sacrificar seu próprio interesse particular ao interesse público de sua própria ordem ou sociedade” (TSM, p. 294).

Para Smith, a melhor sociedade é aquela na qual os homens são benevolentes com os outros. Todavia, caso isso não se dê, a sociedade ainda pode existir se prevalecer a Justiça, embora não de modo tão confortável<sup>9</sup>. Segundo o autor, a bondade e o altruísmo constituem a perfeição da natureza humana sendo, no entanto, uma virtude, ou seja, algo que vai além da mera conveniência e do ordinário:

E daí resulta que sentir muito pelos outros e pouco por nós mesmos, restringir nossos afetos egoístas e cultivar os benevolentes, constitui a perfeição da natureza humana; e somente assim se pode produzir entre os homens a harmonia de sentimentos e paixões em que consiste toda a sua graça e propriedade. E assim como amar o nosso próximo do mesmo modo que amamos a nós mesmos constitui a grande lei do Cristianismo, também é o grande preceito da natureza amarmos a nós mesmos apenas como amamos a nosso próximo, ou, o que é o mesmo, como nosso próximo é capaz de nos amar (TSM, p.26).

Em sua obra, Smith destaca o fato de homem achar injusto que as virtudes da justiça e da benevolência não sejam recompensadas com alguma riqueza, assegurando que a natureza apenas privilegia com riqueza e honraria as virtudes da destreza e da prudência (TSM, p. 202), o que poderia resultar em certo ‘desincentivo’ ao comportamento benevolente. Smith ainda assegura que: “a superioridade de virtudes e talentos não tem, inclusive sobre os que reconhecem tal superioridade, o mesmo efeito que a superioridade de conquistas” (TSM, p. 124). A

---

8 “Nada predispõe tanto a promover o espírito público quanto o estudo da política – os vários sistemas de governo civil, suas vantagens e desvantagens –, da constituição de nosso país, sua situação e interesses com relação a nações estrangeiras, seu comércio, sua defesa, as desvantagens sob as quais opera, os perigos a que pode estar exposto, como remover umas e defender-se das outras. Por essa razão, as digressões políticas, se justas, razoáveis e praticáveis, são, entre todas as obras de especulação, as mais úteis. Até as mais fracas e piores não estão inteiramente desprovidas de utilidade. Servem ao menos para animar as paixões públicas dos homens e incitá-los a procurar meios de promover a felicidade da sociedade.” (TSM, p. 228-229)

9 “A beneficência é, assim, menos essencial à existência da sociedade que a justiça. A sociedade poderá subsistir, ainda que não segundo a condição mais confortável, sem beneficência, mas a prevalência de injustiça deverá destruí-la completamente. Portanto, embora a natureza exorte os homens a atos de beneficência pela consciência agradável de merecida recompensa, não julgou necessário proteger e constranger a sua prática pelos terrores do merecido castigo, no caso de se negligenciarem tais atos. São eles o ornamento que embeleza, não o alicerce que sustenta o edifício; bastava pois recomendá-los, não necessariamente impô-los por quaisquer meios. A justiça, ao contrário, é o principal pilar que sustenta todo o edifício.” (TSM, p. 107)

partir disso, é possível compreender a seguinte conclusão de Smith quanto às escolhas de conduta humana:

Merecer, obter, saborear o respeito e admiração dos homens são os grandes objetos de ambição e emulação. Dois diferentes caminhos são apresentados, levando igualmente à obtenção desse tão desejado objeto; um, pelo estudo da sabedoria e pela prática da virtude; outro, pela aquisição de fortuna e grandeza. Dois diferentes caracteres são apresentados à nossa emulação: um, o da orgulhosa ambição e ostentosa avidez; o outro, o da humilde modéstia e da justiça equitativa. Dois modelos diferentes, dois retratos diferentes oferecem-se a nós, segundo os quais podemos desenhar nosso próprio caráter e comportamento; um, mais vistoso e brilhante em suas cores; outro, mais correto e mais sutilmente belo em seu contorno; um, impondo-se a todo olho errante; outro, atraindo a atenção de quase ninguém, senão do observador mais atento e cuidadoso. São principalmente os sábios e virtuosos, grupo seleto mas, receio, pequeno, os verdadeiros e constantes admiradores da sabedoria e virtude. A grande multidão de homens é constituída de admiradores e veneradores – e, o que talvez pareça mais extraordinário, frequentemente os mais desinteressados admiradores e veneradores – da fortuna e da grandeza (TSM, p. 72-73).

Cabe ainda lembrar que, para Smith, mesmo o homem tendo perfeito conhecimento da prudência, da justiça e da benevolência, a virtude do autodomínio é fundamental para que o indivíduo consiga resistir às violentas paixões que podem fazê-lo incorrer em erro: “o mais perfeito conhecimento, se não for amparado pelo mais perfeito autodomínio, nem sempre o capacitará a cumprir o seu dever” (TSM, p. 297). Assim, para Smith, “o autodomínio não é apenas em si mesmo uma grande virtude, mas dele todas as outras virtudes parecem derivar o seu principal brilho” (TSM, p. 301). Smith deixa claro também que as diferentes características e virtudes humanas são fruto das experiências de vida e das escolhas de cada homem e que, muitas vezes, pode ser difícil a um mesmo indivíduo possuir, por exemplo, as virtudes da benevolência e do autodomínio ao mesmo tempo:

O homem mais perfeitamente virtuoso, o homem a quem naturalmente mais amamos e reverenciamos, é o que associa ao mais perfeito controle de seus sentimentos originais e egoístas a mais refinada sensibilidade para os sentimentos originais e solidários de outros. O homem que às virtudes doces, amáveis e gentis associa todas as grandes, veneráveis e respeitáveis virtudes deve ser, sem dúvida, o objeto apropriado e natural de nosso maior amor e admiração.

A pessoa mais indicada pela natureza para adquirir o primeiro desses dois conjuntos de virtudes é necessariamente adequada também para adquirir as últimas. O homem mais atingido pelas alegrias e dores dos outros é o mais adequado para adquirir o completo domínio de suas próprias alegrias e dores. O homem da mais refinada benevolência é naturalmente o mais capaz de adquirir o maior grau de domínio de si. No entanto, talvez nem sempre isso tenha ocorrido e muito frequentemente não ocorre. Talvez esse homem sempre vivesse com muito conforto e tranquilidade. Talvez nunca se tenha exposto à violência da facção, ou às durezas e perigos da guerra. Pode nunca ter experimentado a insolência dos superiores, a inveja ciumenta e maligna de seus iguais, ou a furtiva injustiça de seus inferiores. Na velhice, quando alguma incidental mudança de fortuna o expõe a tudo isso, causam-lhe uma enorme impressão. Tem a disposição adequada para

adquirir o mais perfeito autodomínio, o qual, entretanto, nunca teve oportunidade de adquirir. Exercício e prática faltaram e, sem eles, nenhum hábito pode ser razoavelmente estabelecido. Durezas, perigos, ofensas, infortúnios, são os únicos mestres sob os quais podemos aprender o exercício dessa virtude. Mas todos eles são mestres em cuja escola ninguém entra de bom grado.

**As situações em que a gentil virtude da benevolência pode ser cultivada mais satisfatoriamente não são, de modo algum, idênticas às mais adequadas para se formar a virtude austera do autodomínio.** O homem que está despreocupado é mais capaz de assistir à aflição dos outros, uma vez que o homem exposto a dificuldades é chamado imediatamente a acompanhar e dominar seus próprios sentimentos. Sob o sol ameno, do sossego não perturbado, no calmo recolhimento do lazer regrado e filosófico, floresce e cresce melhor a virtude da benevolência. Contudo, em tais situações, os maiores e mais nobres esforços de dominar-se são pouco praticados. Sob o céu ameaçador e tempestuoso da guerra e da facção, do tumulto público e da confusão, a enérgica severidade do domínio de si prospera melhor, podendo ser cultivada com êxito. Nessas situações, todavia, as mais fortes propostas de benevolência muitas vezes devem ser sufocadas ou negligenciadas; e cada um desses descuidos necessariamente tende a enfraquecer o princípio da benevolência. Assim como frequentemente o dever do soldado é não ter misericórdia, às vezes seu dever é concedê-la; e a benevolência do homem que inúmeras vezes esteve sob necessidade de se submeter a esse desagradável dever dificilmente deixa de sofrer uma considerável redução. Para seu próprio bem, rapidamente aprende a fazer pouco caso dos infortúnios que tantas vezes precisa causar; e as situações que trazem à tona os mais nobres esforços de autodomínio, por imporem a necessidade de vez por outro violar a propriedade ou a vida de nosso próximo, sempre tendem a reduzir, e frequentemente a extinguir inteiramente, a sagrada consideração para com ambos, a qual constitui o fundamento da justiça e da humanidade. E é essa a razão de encontrarmos amiúde no mundo homens de grande benevolência, mas que têm pouco autodomínio, são indolentes, indecisos, e, por dificuldade, ou por perigo, facilmente desanimam dos mais honrosos misteres; e, ao contrário, homens do mais perfeito autodomínio, a quem nenhuma dificuldade consegue desencorajar, nenhum perigo abalar, e que a todo momento estão prontos para os empreendimentos mais audaciosos e desesperados, mas, ao mesmo tempo, parecem endurecidos contra todo o senso de justiça ou de humanidade (grifo meu, TSM, p. 183-185).

Desta forma, o presente capítulo conclui que, para Smith, a motivação humana não pode ser reduzida a um simples princípio de amor-próprio ou de autointeresse, do mesmo modo que a moralidade humana e a virtude não poderiam ser reduzidas a um simples impulso de benevolência (C. SMITH, 2006, p. 77). Para Smith e os demais pensadores escoceses de seu tempo, as motivações humanas são complexas, de modo que as paixões egoístas e benevolentes são simples fatos da natureza humana e os extremos, tanto de uma como de outra, são igualmente ineficientes como explicações para a moralidade humana e indesejáveis para a vida humana (C. SMITH, 2006, p. 77). Assim, a virtude consiste em saber se afastar dos sentimentos extremos de modo a preservar a tranquilidade da mente e pautar de modo mais correto as ações. Todavia, como mostra a citação acima, Smith reconhece que esse equilíbrio de temperamento é difícil de ser alcançado, uma vez

que tais virtudes são adquiridas e moldadas através dos diferentes contextos de vida aos quais os homens estão sujeitos: em ambientes mais difíceis a virtude do autodomínio encontra mais facilidade em se desenvolver, enquanto que em ambientes mais tranquilos a benevolência tem suas condições ideais. Deste modo, apesar de Smith reconhecer que os laços de simpatia diminuem com o aumento da distância entre os agentes, ele também reconhece que alguns indivíduos conseguiriam ver a sociedade como um todo, adquirindo com isso um verdadeiro espírito público. Como mostrado neste capítulo, Smith afirma em seus livros que nada é mais indicado para promover o espírito público do que as discussões políticas e a educação sobre a política. Portanto, no que tange à questão da equidade, conclui-se que em uma sociedade na qual os seres humanos possuam condições de sua segurança pessoal e econômica – assegurando o seu autointeresse mais fundamental – e uma adequada educação sobre os assuntos sociais, formar-se-ia um ambiente mais propício para que os homens, mesmo que sujeitos às violentas paixões egoístas constituintes da natureza humana, possam adotar condutas e ações mais equânimes e justas.

### 3 O POSICIONAMENTO POLÍTICO DE ADAM SMITH E A EQUIDADE

Smith e os demais pensadores sociais de seu tempo foram profundamente influenciados pelo método newtoniano a fim de realizar com maior cientificidade suas análises<sup>10</sup>. Todavia, diante da impossibilidade de se realizar experimentos controlados para a análise de fenômenos sociais, os autores escoceses buscaram as bases de observação e experimentação em busca de corroboração para o seu pensamento nos registros da experiência humana que formam a História. A partir disso, o estudo dos escritos históricos torna-se de sobremaneira importante para os escoceses que estabelecem a sua própria técnica de investigação histórica, através de métodos comparativos de “História Conjectural” (C. SMITH, 2006, p. 21).

É importante esclarecer que Smith e os demais pensadores escoceses como David Hume e Adam Ferguson identificaram claramente o fato de sistemas de pensamento moral e histórico serem muitas vezes o produto de um viés partidário, criados a fim mais de suportar um posicionamento político do que de modo a avançar o entendimento científico (C. SMITH, 2006, p. 25). Assim, eles procuraram se afastar de sistemas construídos ao redor de posições partidárias e não baseados em um exame científico de evidências. Desta forma, eles rejeitaram tanto as teorias de direito divino como as baseadas em contratos sociais considerando-as ambas como inadequadas historicamente e resultados de vieses partidários: os apelos a Deus ou ao contrato social eram tentativas de justificar um sistema político particular e não uma tentativa científica de explicar o desenvolvimento dos sistemas políticos (C. SMITH, 2006, p. 25-26).

Destarte, baseando-se em uma análise comparativa, os autores escoceses desenvolveram um modelo de desenvolvimento social com base no entendimento de uma concepção universal de natureza humana interagindo com diferentes circunstâncias de modo a produzir diversidade social (C. SMITH, 2006, p. 32). Esta é constituída pela variedade de meios (tanto institucionais como convencionais) de se lidar com os princípios da natureza humana em um contexto específico (C. SMITH,

---

<sup>10</sup> Smith sobre o método newtoniano: “podemos estabelecer no início certos princípios conhecidos ou provados a partir dos quais explicamos os vários fenômenos, conectando-os todos juntos pela mesma cadeia. Esse último [método], que podemos chamar de método newtoniano, é sem dúvida o mais filosófico e em cada ciência, quer se trate da moral ou da filosofia natural etc., é imensamente mais engenhoso e, por esse motivo, mais atraente que o outro. Dá-nos satisfação ver os fenômenos que considerávamos os mais inexplicáveis, deduzidos todos de algum princípio (normalmente um princípio bem conhecido) e unidos todos em uma cadeia; uma satisfação muito superior à que sentimos em relação ao método desconexo, onde tudo é explicado por si só sem qualquer referência aos demais.” (SMITH *apud* CERQUEIRA, 2006, p. 676).

2006, p. 59). Assim, para os escoceses, a História e as instituições sociais se desenvolvem a partir das inter-relações de muitos indivíduos em um contexto específico e não a partir de um pré-planejamento geral e consciente (C. SMITH, 2006, p. 31).

A partir disso, Smith desenvolveu a teoria dos quatro estágios históricos de desenvolvimento da História humana (LJP, p. 14). Segundo essa teoria, o modo de subsistência que prevalece em qualquer sociedade não apenas influencia o padrão predominante de atividade econômica, mas também toda a ampla gama da vida social, incluindo as ideias e instituições da propriedade e do governo, o estado dos costumes e da moral, bem como o sistema legal e a divisão do trabalho (COATS, 1975, p. 221). Todavia, apesar de ter considerado o fator econômico como o mais fundamental, Smith não aceitou uma rígida visão determinística do processo de mudanças históricas, reconhecendo a gama de complexas inter-relações existentes entre os fatores econômicos, militares, políticos, religiosos, morais e legais (COATS, 1975, p. 221-222). Deste modo, o processo de desenvolvimento em quatro estágios defendido por Smith é por ele considerado o mais provável e, portanto, natural, mas de modo algum é considerado pelo autor como inevitável ou como a única possibilidade existente (COATS, 1975, p. 223).

Destarte, para Smith, não existem raças ou povos mais ou menos desenvolvidos, mas apenas povos em distintos estágios do processo de desenvolvimento econômico e social. Estes estágios, no modelo de Smith, são as sociedades de caça, de pastoreio, de agricultura e de comércio (LJP, p. 14). No primeiro estágio, os indivíduos se organizam em grupos pequenos e, como não há condições de acumulação de grande propriedade, prevalece uma grande igualdade de recursos entre os membros do grupo. No estágio seguinte, através do contínuo contato com os animais, as sociedades de caçadores paulatinamente adquirem as habilidades necessárias para o manejo de rebanhos, tornando-se sociedades de pastoreio. Nestas sociedades os grupos são bem maiores, chegando a abrigar alguns milhares de indivíduos, e alguns deles – em geral os chefes dos clãs – acabam por acumular vasta propriedade na forma de gado. Deste modo, Smith classifica este estágio como aquele no qual prevalecem as maiores inequidades:

O segundo período da sociedade, o dos pastores, comporta desigualdades de fortuna muito grandes, não havendo nenhum outro período em que a superioridade de fortuna confira autoridade tão grande aos que a possuem. Não há, pois, nenhum outro período em que a autoridade e a subordinação estejam mais solidamente estabelecidas. A autoridade de um governante

árabe é muito grande, a de um cã tártaro totalmente despótica (RN, v. 2, p. 166).

No processo de manejo dos animais, os pastores tomam conhecimento das culturas vegetais necessárias à alimentação das manadas, adquirindo a tecnologia de seu cultivo. A partir disso, sua atenção é levada a uma nova forma de subsistência humana e, com a fixação geográfica dos grupos, passam a desenvolver atividades agrícolas. Uma vez acomodados geograficamente, abre-se espaço para uma ampliação da divisão do trabalho e a sociedade comercial começa a se desenvolver (C. SMITH, 2006, p. 50).

A teoria dos quatro estágios de Smith e dos demais pensadores escoceses está baseada na noção de que uma ordem espontânea e evolucionária se aplica às mudanças sociais (C. SMITH, 2006, p. 63). A evolução das práticas sociais se dá de modo paulatino, uma vez que os costumes e hábitos de um estágio anterior continuam a reter forças mesmo após a extinção das circunstâncias sociais e geográficas que lhes deram origem, mas apenas por um tempo. O costume inicial deve ter tido alguma base em uma utilidade determinada e, se as mudanças de circunstâncias removerem essa utilidade, não tardará muito para que se desenvolvam novos costumes em reação às novas circunstâncias. Este processo de modificação e adaptação do comportamento e dos costumes gera um lento e gradual processo de progresso das maneiras e instituições sociais, fenômeno no qual os pensadores escoceses veem um fator-chave do progresso civilizacional (C. SMITH, 2006, p. 47).

Cabe ressaltar que esta visão de um processo mais lento de evolução das práticas sociais e do apreço humano pela ordem social e desgosto por mudanças súbitas, não torna os seres humanos em desesperançosos conservadores, pois se este fosse o caso quase nenhum progresso seria possível. Assim, para os pensadores escoceses, os seres humanos são atraídos pela novidade desde que ela não ocorra de uma maneira súbita e impactante de modo a gerar grandes incertezas que confundam os homens. Os pensadores escoceses acreditavam que as invenções humanas estavam sob constantes mudanças, mas que ocorriam de forma devagar e extensa ao longo do tempo. Deste modo, a mudança e os progresso das sociedades humanas ocorreriam de uma forma evolucionária e não através de uma forma revolucionária (C. SMITH, 2006, p. 63).

Esta crença no potencial para o progresso social também é resultado do pensamento dos autores escoceses de que os indivíduos aprendem por experiência. Os seres humanos estão sempre progredindo em um nível individual no sentido de que eles estão sempre adquirindo experiências pelas quais eles podem formar expectativas. Como os seres humanos são seres sociais que estão altamente sujeitos à formação de hábitos e de socialização através de comportamentos convencionais, os escoceses pensavam que a humanidade tende ao progresso tanto em nível individual como coletivo. Neste, o progresso é dependente do desenvolvimento de convenções que sejam transmitidas às gerações subsequentes. Portanto, a partir disso, se a História é para ser vista como o progresso da espécie, então o progresso é a extensão da experiência humana e o desenvolvimento e manutenção de convenções e instituições humanas criadas para lidar com aquela experiência. Em síntese, para os pensadores escoceses, o progresso seria o crescimento da experiência humana acumulada ou, de modo equivalente, o crescimento da soma total do conhecimento humano acumulado (C. SMITH, 2006, p. 60).

A partir do exposto acima, como bem coloca o professor Skinner, pode-se afirmar que Smith, mesmo reconhecendo variados problemas sociais presentes e futuros, possuía uma posição bastante otimista a respeito das possibilidades de avanços do desenvolvimento econômico e político das sociedades<sup>11</sup>. Esta posição otimista é corroborada pela visão de Smith de que o sistema comercial, além de resultar em progresso material, também ocasiona um progresso de maneiras em razão de o comércio gerar melhorias na civilidade e na moralidade, impulsionando virtudes como a probidade e a honestidade à medida que a reputação do comerciante vai se tornando parte da atratividade de seu produto quanto o próprio bem em si (C. SMITH, 2006, p. 76). Entretanto, o mais importante é que a sociedade comercial permite um aumento progressivo da liberdade dos indivíduos, diminuindo os laços de dependência social entre os homens – dos quais o mais forte é a escravidão. Desta forma, aumenta-se a independência dos indivíduos, aumentando também a sua capacidade de agir com mais justiça e, por outro lado, ao gerar uma maior distribuição de riqueza também gera-se uma nova distribuição mais equitativa

---

<sup>11</sup> “Yet if Smith did notice many of the defects of modern society, and some of the problems which were to arise in the future, the general tenor of his argument must be said to be broadly optimistic with regard to the possibilities of economic and political development” (SKINNER, 1975, p. 178)

do poder de forma a permitir uma maior participação política dos cidadãos, construindo então a possibilidade de um bom governo pela primeira vez<sup>12</sup> na História. A seguir o processo descrito nas palavras de Smith:

Em terceiro e último lugar, o comércio e as manufaturas introduziram gradualmente a ordem e a boa administração e, com elas, a liberdade e a segurança dos indivíduos, entre os habitantes do campo, que até então haviam vivido mais ou menos em um estado contínuo de guerra com os vizinhos, e de dependência servil em relação a seus superiores. Embora esse fator seja o último aqui apontado, é sem dúvida o mais importante de todos (RN, v. 1, p. 346).

Upon this principle, therefore, it is not so much the police that prevents the commission of crimes as the having as few persons as possible to live upon others. **Nothing tends so much to corrupt mankind as dependencey, while independency still increases the honesty of the people.** The establishment of commerce and manufactures, which brings about this independency, is the best police for preventing crimes. The common people have better wages in this way than in any other, and in consequence of this a general probity of manners takes place thro' the whole country. No body will be so mad as to expose himself upon the highway, when he can make better bread in an honest and industrious manner (LJP, p. 486-487).

O ponto de vista de Smith é deixado mais explícito em uma citação trazida por Skinner de um revolucionário francês da época, Barnave, o qual escrevendo de modo bastante independente de Smith e dos contemporâneos deste, chegou a seguinte conclusão:

As soon as the arts and commerce succeed in penetrating the life of society, and of opening up a new source of wealth for the labouring class, a revolution is prepared in political laws; a new distribution of wealth produces a new distribution of power. Just as the possession of land created aristocracy, so industrial property gives rise to the power of the people. It acquires liberty, it grows in numbers, it begins to influence affairs (BARNAVE *apud* SKINNER, 1975, p. 178).

### 3.1 ESTADO E RELAÇÕES DE PODER

Consoante ao seu entendimento do processo histórico, Smith acreditava que os governos emergiam de um complexo processo de consequências não planejadas em reação a variadas circunstâncias, dentre as quais a principal seria o desejo de delimitação da propriedade a fim de assegurar a subsistência e a proteção de ameaças externas (C. SMITH, 2006, p. 56). Para Smith, cabe lembrar, o surgimento de grandes desigualdades em uma sociedade ocorre em decorrência do estabelecimento da propriedade sobre bens de grande valor. A partir disso, faz-se

---

<sup>12</sup> "Furthermore, and for Smith most important, the growth of commerce, by dissolving feudal ties and obligations, makes good government possible for the first time" (ROSENBERG, 1975, p. 383)

necessária a presença de um governo civil que assegure a propriedade aos ricos frente aos desvalidos. A seguir, a ideia nas palavras de Smith:

Entre nações de caçadores, uma vez que é difícil haver propriedade, ou ao menos propriedade que ultrapasse o valor correspondente a dois ou três dias de trabalho, raramente se depara com algum magistrado estabelecido ou alguma administração judicial regular. Pessoas destituídas de propriedade só podem lesar-se entre si no que tange às suas pessoas ou reputação. Quando um homem mata, fere, bate em outro ou o difama, ainda que o injustiçado sofra, o ofensor não auferir nenhum benefício. Diverso é o caso das lesões à propriedade. Aqui, o benefício da pessoa que comete a infração muitas vezes é igual à perda da que a sofre. A inveja, a malícia ou o ressentimento são as únicas paixões que podem levar uma pessoa a prejudicar outra pessoalmente ou sua reputação. Mas não é frequente que a maioria dos homens esteja sob a influência dessas paixões, e mesmo os piores só o estão ocasionalmente. Além disso, já que a gratificação desses atos, por mais agradável que possa ser para certos tipos de caráter, não traz nenhuma vantagem real ou permanente, a maioria das pessoas costuma abster-se de cometer tais injustiças, por considerações de prudência. Os homens podem viver juntos em sociedade, com um grau aceitável de segurança, embora não haja nenhum magistrado civil que os proteja da injustiça decorrente dessas paixões. Entretanto, a avareza e a ambição dos ricos e, por outro lado, a aversão ao trabalho e o amor à tranquilidade atual e ao prazer, da parte dos pobres, são as paixões que levam a invadir a propriedade – paixões muito mais constantes em sua atuação e muito mais gerais em sua influência. **Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos. A fartura dos ricos excita a indignação dos pobres, que muitas vezes são movidos pela necessidade e induzidos pela inveja a invadir as posses daqueles.** Somente sob a proteção do magistrado civil, o proprietário dessa propriedade valiosa – adquirida com o trabalho de muitos anos, talvez de muitas gerações sucessivas – pode dormir à noite com segurança. A todo momento ele está cercado de inimigos desconhecidos, os quais, embora nunca o tenham provocado, jamais consegue apaziguar, e de cuja injustiça somente o braço poderoso do magistrado civil o pode proteger, braço este continuamente levantado para castigar a injustiça. **É, pois, a aquisição de propriedade valiosa e extensa que necessariamente exige o estabelecimento de um governo civil. Onde não há propriedade, ou, ao menos, propriedade cujo valor ultrapasse o de dois ou três dias de trabalho, o governo civil não é tão necessário** (grifo meu, RN 2, p. 164).

Para Smith, o governo civil é apoiado ao longo da hierarquia social uma vez que “as pessoas de riqueza menor se associam para defender as de maior riqueza na posse de sua propriedade, a fim de que as de riqueza maior possam se associar na defesa da posse da riqueza delas” (RN, v. 2, p. 167) defendendo assim sua propriedade e autoridade frente aos mais desvalidos que elas. Os dependentes dos mais ricos desenvolvem um hábito de obediência e passam a aceitar sua posição como subordinados a fim de assegurar um acesso mais fácil aos meios de subsistência e, com o tempo, aceitam a distribuição desigual dos recursos (a qual se dá na forma de gado, uma vez que os processos citados dão-se no estágio social de

pastoreio) formando a ideia do 'direito' dos grandes pastores de possuir suas manadas (C. SMITH, 2006, p. 51).

Cabe lembrar que Smith considerava o direito à propriedade como justo, quando não conquistado através da usurpação de direitos dos demais cidadãos, uma vez que ele possibilitava ao indivíduo a segurança necessária para que pudesse agir com maior liberdade, assegurando os frutos de seu empenho e dedicação. Desta forma, Smith é enfático em ressaltar que a estabilidade do direito à propriedade é necessária para a estabilidade da própria sociedade (C. SMITH, 2006, p. 53).

Destarte, Smith vê o Estado como um elemento necessário às sociedades humanas, uma vez que uma sociedade na qual as coisas fossem deixadas seguir o seu curso natural e na qual houvesse uma perfeita liberdade era um ideal inalcançável (COATS, 1975, p. 225): "Que instituição de governo poderia ser mais adequada para promover a felicidade dos seres humanos que a preponderância da sabedoria e da virtude? Todo governo não é senão um remédio imperfeito para a deficiência destas" (TSM, p. 229). Assim, o governo civil se constitui em um mal necessário, um remédio imperfeito para a deficiência de sabedoria humana e virtude e as suas imperfeições se dão justamente em razão de seu fracasso em conseguir impedir completamente o mal que os homens podem causar (COATS, 1975, p. 225).

Smith, assim como seus anteriores Locke e Hobbes, teve como certo de que o governo seria normalmente dominado pelos detentores de propriedade e riqueza e conduzido a partir de seus interesses (COATS, 1975, p. 225). O professor George Stigler, em seu artigo 'Smith's Travels on the Ship of State', compila uma lista (1975, p. 238-239), de leis citadas por Smith em sua obra com seus respectivos beneficiários, dentre as quais se podem aqui destacar as leis que proíbem a associação sindical de trabalhadores e inúmeras outras que buscam criar algum tipo de restrição ao comércio ou de isenção específica de impostos a fim garantir benefícios a alguma categoria de grande influência.

Todavia, Smith acreditava que os benefícios da ordem social estabelecida eram maiores do que os seus malefícios, de modo que o pensador escocês estava então resignado em aceitar os benefícios da sociedade civil mesmo que eles tivessem de ser mediados por alguns males indubitáveis e continuaria a fazê-lo enquanto os benefícios fossem vastos e os males inevitáveis (CROPSEY, 1975, p. 149). Destarte, coerentemente com sua visão evolutiva da História, Smith se coloca

essencialmente como um reformador moderado (COATS, 1975, p. 226): “No government is quite perfect, but it is better to submit to some inconveniences than make attempts against it” (SMITH *apud* COATS, 1975, p. 226). O autor apresenta uma profunda descrença em alterações conduzidas de forma “revolucionária” por considerá-las facilmente suscetíveis à perda do bom-senso, moderação e discernimento, podendo ameaçar pontos essenciais à estabilidade da vida social, preferindo então uma ação política mais moderada e reformista:

O homem cujo espírito público é movido inteiramente pela humanidade e benevolência respeitará os poderes e privilégios estabelecidos, de indivíduos, e sobretudo das grandes ordens e sociedades em que se divide o Estado. Embora possa considerar que alguns são em alguma medida abusivos, vai se contentar com moderar o que às vezes não consegue aniquilar sem grande violência. Quando não puder dominar os preconceitos arraigados do povo por razão e persuasão, não tentará submetê-los pela força, pois observará religiosamente o que com justiça Cícero chama a divina máxima de Platão, a saber, nunca usar de mais violência com seu país do que com os próprios pais. E então, tanto quanto possível, acomodará seus interesses públicos aos hábitos e preconceitos estabelecidos do povo; e ainda, tanto quanto possível, remediará as inconveniências que podem resultar da ausência dessas regras a que as pessoas são avessas a se submeter. Quando não puder estabelecer o certo, não desdenhará melhorar o errado; mas, como Sólon, quando não puder estabelecer o melhor sistema de leis, empenhar-se-á em estabelecer o melhor que o povo puder tolerar (TSM, p. 292).

Esta visão otimista de Smith de que seria possível a melhora dos governos através de uma ação reformadora se deve em grande parte ao pensamento de Smith de que o avanço das novas formas de distribuição de renda ocasionadas pela evolução da sociedade comercial resultaria, paulatinamente, em uma maior distribuição do poder na sociedade, como indicado no fim da seção anterior. Este entendimento também se dá a partir da própria ideia de evolução do Estado em relação às suas funções: se no início ele surge como forma de garantia da propriedade, requisitando para isso grande uso da força e da autoridade, com o desenvolvimento do comércio, do dinheiro e dos contratos, o papel do governo e do poder judicial passar a ser cada vez mais o cumprimento dos contratos e a geração de um ambiente estável para o avanço dos negócios, de modo que o comércio gradualmente altera as práticas do governo, reduzindo o espectro de utilização arbitrária da autoridade (C. SMITH, 2006, p. 56). Um último aspecto a ser ressaltado nesta questão é o fato de que o aumento da complexidade social gerada pela sociedade comercial requer um progressivo aumento da divisão do trabalho dentro do próprio Estado de modo a distribuir responsabilidades e poder ao longo da

hierarquia estatal em um processo que aumenta a difusão do poder pela sociedade reforçando o papel da liberdade na vida social (C. SMITH, 2006, p. 95).

Desta forma, apesar de Smith em nenhum ponto de sua obra ter explicitado em quais contextos os interesses setoriais dos diversos grupos serem mais efetivos ou não (COATS, 1975, p. 228) e de ter rejeitado o uso do autointeresse como uma explicação geral das legislações (STIGLER, 1975, p. 240), o autor defende o aumento da participação política dos cidadãos em sua obra. Assim, o autor via uma maior representatividade política como uma forma de balancear o poder entre as diversas ordens sociais – o soberano, a nobreza, os arrendatários rurais, mercadores e manufatureiros, o clero e os trabalhadores pobres – de modo a garantir os direitos de cada um dos segmentos sociais a fim de gerar um maior respeito entre as diferentes categorias de cidadãos e favorecer o desenvolvimento econômico (COATS, 1975, p. 227). A seguir, um exemplo da Riqueza das Nações de como Smith via a inter-relação entre a participação política popular e o processo de desenvolvimento econômico e social:

Na Inglaterra, portanto, a segurança do arrendatário é igual à do proprietário. Além disso, na Inglaterra, um arrendamento por toda a vida, no valor de 40 xelins por ano, é uma propriedade livre e alodial, dando ao locatário o direito de votar em um membro do Parlamento; e já que uma grande parte dos pequenos proprietários de terra tem uma propriedade livre e alodial desse tipo, toda essa categoria merece respeito por parte dos grandes proprietários, devido à importância política que lhes dá. Acredito não haver em toda a Europa, exceto na Inglaterra, exemplo algum em que o ocupante constrói sobre a terra da qual não teve arrendamento confiando em que a honra de seu senhorio não lhe permitirá tirar vantagem de tão grande benfeitoria. Possivelmente, essas leis e costumes, tão favoráveis aos pequenos proprietários rurais, tenham contribuído mais talvez para a grandeza atual da Inglaterra do que o conjunto tão elogiado de todas as leis e regulamentações sobre o comércio (RN, v. 1, p. 331).

### 3.2 ECONOMIA E EQUIDADE

Como já mostrado acima, Smith via a desconcentração da riqueza oriunda do sistema comercial como uma forma de possibilitar a redistribuição do poder entre as diferentes ordens que compõem a sociedade, diminuindo o espaço para ações de caráter tirânico por parte do Estado e possibilitando bons governos pela primeira vez na História. A partir disso, o objetivo de Smith de uma vida livre, justa, confortável e tolerante para toda a espécie humana achou a sua esperança, a sua base e a sua

expressão na ciência econômica o que o levou a engajar-se profundamente em sua formação e estudo (CROPSEY, 1975, p. 146).

Apesar de Smith enfatizar que a desconcentração da riqueza produz virtude e o respeito às leis e às instituições, o autor reconhece que o sistema comercial não gera a completa eliminação das desigualdades: pelo contrário, para o sistema comercial funcionar adequadamente, a desigualdade não só continua como deve continuar. Smith em sua obra claramente reconhece as divisões de classe existentes na sociedade bem como que, apesar do comércio resultar em ganhos para todos que dele participam, os ganhos são relativamente maiores para aqueles agentes – e países – que são mais ricos e detém maior estoque de capital<sup>13</sup>. Desta forma, o processo de desenvolvimento não se caracterizaria pela súbita aquisição dos avanços materiais por todas as camadas sociais, mas sim pela progressiva difusão destes avanços ao longo das camadas sociais com o decorrer do tempo<sup>14</sup>. A relação geral entre desigualdade de renda e desenvolvimento econômico na obra de Smith é explicada nos seguintes termos pelo professor Craig Smith:

Smith notes that the commercial system and the division of labour are based on a prevalence of inequality in society. The worker is better provided for materially and in terms of freedom than they were in prior ages (WN: 420), but this does not result in any greater sense of material equality. There is a gradual trickle-down of wealth and freedom through the process of historical progress (LJP: 566). The pursuit of luxury goods by the feudal lords encourages the practice of commerce while simultaneously freeing the peasants from dependency and opening the route to prosperity to them. In this sense, as national wealth is increased by the development of commerce, so too, as a result of the invisible hand, is this wealth diffused through society. Wealth diffuses and the value of wages rises (WN: 96), but inequality remains. Indeed, for a commercial society to operate efficiently it must remain. The rich, in general terms, remain rich, but this is not a problem for the Scots' analysis of commercial society because commerce also enriches the poor. The advantages once enjoyed as luxuries by the wealthy are gradually made available to the whole of society (WN: 260). Smith offers a clear example of this when he notes that what was once the seat of the Seymour family is now 'an inn upon the Bath road' and the marriage-bed James the VI and I ended up as the 'ornament of an alehouse at Dunfermline' (WN: 347). Material advantages spread gradually through society with progress being characterized not by the sudden acquisition of a

<sup>13</sup> "In general we may observe that these jealousies and prohibitions are most hurtfull to the richest nations, and that in proportion as a free commerce would be advantageous. When a rich man and a poor man deal with one another, both of them will encrease their riches, if they deal prudently, but the rich man's stock will increase in a greater proportion than the poor man's. In like manner, when a rich and a poor nation engage in trade the rich nation will have the greatest advantage, and therefore the prohibition of this commerce is most hurtfull to it of the two." (LJP, p. 512)

<sup>14</sup> "É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios – multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho – que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo." (RN, v. 1, p. 45)

product by the whole society, but by the gentle diffusion of advantages with the passing of time (C. SMITH, 2006, p. 90).

A visão de Smith de que, apesar de a desigualdade de classes e de renda se manter, o processo de desenvolvimento gera uma difusão da riqueza que se espalha pela sociedade<sup>15</sup> é sustentada por dois aspectos da obra de Smith: 1) a visão da concorrência como fenômeno eficiente de conciliação dos interesses individuais e coletivos; e 2) o processo de divisão do trabalho e do desenvolvimento tecnológico das manufaturas como demandante de trabalho<sup>16</sup> o qual, conjuntamente com o progressivo barateamento dos bens manufaturados decorrentes do aumento da produtividade<sup>17</sup> resultariam em um aumento real da renda dos trabalhadores.

No que tange ao primeiro aspecto, em toda a obra de Smith é dada grande atenção à concorrência como fundamental tanto para a boa administração de um negócio como para a eficiência econômica de uma sociedade. Destarte, para Smith, na ausência da disciplina da competição, a liberdade empresarial poderia resultar em um uso sub-ótimo dos recursos (SPENGLER, 1975, p. 399). Ademais, para Smith, a diligência dos capitalistas na boa administração de seus negócios é justamente fruto da intensa pressão a qual os capitalistas estão sujeitos. Desta forma, como coloca Rosenberg, são as pressões oriundas da concorrência que

---

<sup>15</sup> “Os ricos apenas escolhem do monte o que é mais precioso e agradável. Consomem pouco mais do que os pobres; e a despeito de seu natural egoísmo e rapacidade, embora pensem tão-somente em sua própria comodidade, embora a única fidelidade que buscam, ao empregar os trabalhos de muitos, seja satisfazer seus próprios desejos vãos e insaciáveis, apesar disso dividem com os pobres o produto de todas as suas melhorias. São conduzidos por uma mão invisível a fazer quase a mesma distribuição das necessidades da vida que teria sido feita, caso a terra fosse dividida em porções iguais entre todos os seus moradores; e, assim, sem intenção, sem saber, promovem os interesses da sociedade, e oferecem meios para a propagação da espécie.” (TSM, p. 226)

<sup>16</sup> “It remains only to be noted that the technological processes of manufacture are explicitly labour-attracting, rather than labour-displacing, an essential element in the smooth unrolling of the growth sequence” (HEILBRONER, 1975, p. 526)

<sup>17</sup> “To sum up Smith’s theory of wages: measured in corn, only the level of wages will vary with the rate of growth of capital, but measured in manufactured goods, the rate of change of wages will also vary with this so the manufactured goods a worker can buy will rise continuously with capital accumulation – as goods become cheaper relative to corn and labour. Measured in cattle or poultry, wages fall as capital accumulates because these become continuously dearer in relation to corn, but measured in vegetables, wages rise, and in Smith’s opinion cheaper vegetables will matter more than dearer meat to most poorer workers (WN I.xi.m.10). Thus as the wealth and population of a country grow, workers may come to eat a little better or worse (depending on their relative expenditure on vegetables and meat), but they will enjoy a continuous growth in purchasing power in terms of manufactured goods, and as only a small fraction of the labour force is so poorly paid that most of its income must go on food, the great majority of workers will gain substantially. Thus, as capital accumulates, most workers will become better off, and they will continue to become better off for so long as accumulation is able to continue” (ELTIS, 1975, p. 439)

impedem os capitalistas de se comportarem como aristocratas perdulários na visão de Smith:

But while the landed classes live a life of indolence, self-indulgence, and ostentation, they are merely doing what other classes would do if they had the opportunity. For 'A man of large revenue, *whatever may be his profession*, thinks he ought to live like other men of large revenues; and to spend a great part of his time in festivity, in vanity, and in dissipation' (WN V.i.g.42). The great virtue of competitive capitalism, from this point of view, is that the intensive pressures of the market place render such behaviour extremely difficult or impossible on the part of the capitalist class. So long as profits are difficult to earn, and so long as competitive pressures keep the rate of profit low, the system itself may be relied upon to force the capitalist to display the traditional virtues of his class. However, high rates of profit, when they persist, constitute evidence that the competitive mechanism is, for whatever reason, not functioning properly. While it is obvious that this has undesirable consequences in terms of resource allocation (WN IV.viii.c.25), it has not been commonly noticed that such easily earned profits had other undesirable consequences, to which Smith attached enormous importance. [...] It is only the force of competition, apparently, which can be relied upon to keep the capitalist from behaving like an extravagant landowner. This is so because a major determinant of economic behaviour is the ease or difficulty involved in the earning of income. While it may be going too far to suggest that, although Smith did not subscribe to a backward sloping supply curve for labour, he *did* subscribe to it for the capitalist, he does believe that a rise in the rate of profit will reduce the quality, if not the supply, of capitalist effort (ROSENBERG, 1975, p. 386-387).

Deste modo, Smith via a competição de forma desejável e como o estado natural das coisas em uma sociedade comercial, ressaltando a sua importância como forma de balanceamento entre oferta e demanda e como fator de explicação do desenvolvimento estrutural e tecnológico das sociedades (RICHARDSON, 1975, p. 350-351). A partir disso, compreende-se a sua antipatia por monopólios e por mecanismos de limitação da concorrência, os quais foram os grandes alvos de sua obra. Para Smith, os monopólios eram uma simples injustiça, resultando de uma combinação do egoísmo humano, desigual distribuição do poder econômico e restrições legais inadequadas (COATS, 1975, p. 233). Destarte, à parte situações de monopólio natural como, por exemplo, estradas – as quais deveriam se manter sob algum tipo de administração controlada pelo Estado –, Smith não via o monopólio no longo prazo ser possível e não ser se obtivesse o suporte governamental. Portanto, o sistema defendido por Smith seria um no qual as taxas de lucros não seriam muito altas, de modo a manter o incentivo à diligência capitalista e dificultar o surgimento de desigualdades de renda e riqueza muito altas na sociedade.

No que tange ao segundo aspecto, a questão de se salários altos seriam desejáveis tinha um resposta obviamente positiva para Smith (ROSENBERG, 1975, p. 378). Para o autor, a despeito da visão predominante de seu tempo de que a

pobreza e salários baixos eram necessários para manter o ímpeto de trabalho da população, salários altos não apenas eram intrinsecamente desejáveis em razão de aumentarem o padrão de vida da massa da população como também considerou salários mais altos despertavam um maior e não um menor impulso de trabalho na população (ROSENBERG, 1975, p. 379):

Dever-se-á considerar esta melhoria da situação das camadas mais baixas da sociedade como uma vantagem ou como um inconveniente para a sociedade? A resposta é tão óbvia, que salta à vista. Os criados, trabalhadores e operários dos diversos tipos representam a maior parte de toda grande sociedade política. Ora, o que faz melhorar a situação da maioria nunca pode ser considerado como um inconveniente para o todo. Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis. Além disso, manda a justiça que aqueles que alimentam, vestem e dão alojamento ao corpo inteiro da nação, tenham uma participação tal na produção de seu próprio trabalho, que eles mesmos possam ter mais do que alimentação, roupa e moradia apenas sofrível (RN, v. 1, p. 101).

Assim como a remuneração generosa do trabalho estimula a propagação da espécie, da mesma forma aumenta a laboriosidade. Os salários representam o estímulo da operosidade, a qual, como qualquer outra qualidade humana, melhora em proporção ao estímulo que recebe. Meios de subsistência abundantes aumentam a força física do trabalhador, e a esperança confortante de melhorar sua condição e talvez terminar seus dias em tranquilidade e abundância o anima a empenhar suas forças ao máximo. Portanto, onde os salários são altos, sempre veremos os empregados trabalhando mais ativamente, com maior diligência e com maior rapidez do que onde são baixos (RN, v. 1, p. 103).

Diante do exposto, apesar de Smith ser um homem de grande perspicácia, em razão de sua visão do processo de divisão do trabalho e geração de tecnologia como um fator a aumentar em vez de diminuir a demanda de trabalho, ele não conseguiu prever as grandes mazelas do desemprego que se seguiriam no processo de desenvolvimento da Revolução Industrial Inglesa (VINER, 1991, p. 113). Isto se deve ao fato de Smith não ter tido conhecimento do desemprego involuntário do tipo que está presente hoje nas modernas economias industriais em razão seja dos ciclos econômicos seja das tentativas governamentais de conter a inflação via contração da demanda agregada: o ciclo econômico mais antigo da Grã-Bretanha já registrado teve o seu ponto de baixa em 1793 e não se pode assegurar que a existência de um desemprego cíclico anteriormente a esta data (REES, 1975, p. 339).

Diante disso, pode-se entender a falta da defesa de um mecanismo de alívio à pobreza na Riqueza das Nações como um descuido de Smith motivado pela sua visão otimista do sistema econômico e pelo contexto econômico da época (VINER, 1991, p. 110). De fato, Smith fez importantes concessões para os governos

promoverem o bem-estar geral através de políticas públicas e instituições e, quando diante das frequentes situações nas quais o autointeresse não era suficiente para promover o bem-estar, Smith convenientemente deixou de lado suas restrições à atuação dos governos, defendendo que além de promover a educação o governo também se preocupasse, por exemplo, com a prevenção de doenças infecciosas e com outras regulamentações bem como que se pautasse em algumas intervenções – como a questão de um limite efetivo às taxas de juros - que viessem a melhorar e promover o desenvolvimento dos mercados e do sistema comercial (VINER, 1991, p. 110). Deste modo, cabe encerrar este capítulo com uma citação de Viner demonstrando a grandeza do trabalho de Adam Smith bem como sua predileção pela promoção dos interesses dos mais humildes e das massas a fim de que se fosse possível alcançar um mundo mais justo e mais equânime:

Adam Smith was not a doctrinaire advocate of laissez faire. He saw a wide and elastic range of activity for government, and he was prepared to extend it even farther if government, by improving its standards of competence, honesty, and public spirit, showed itself entitled to wider responsibilities. He attributed great capacity to serve the general welfare to individual initiative applied in competitive ways to promote individual ends. He devoted more effort to the presentation of his case for individual freedom than to exploring the possibilities of service through government. He helped greatly to free England from the bonds of a set of regulatory measures which had always been ill advised and based on fallacious economic notions, but he did not foresee that England would soon need a new set of regulations to protect her laboring masses against new, and to them dangerous, methods of industrial organization and industrial technique. Smith was endowed with more than the ordinary allotment of common sense, but he was not a prophet. But even in his own day, when it was not so easy to see, Smith saw the self-interest and competition were sometimes treacherous to the public interest they were supposed to serve, and he was prepared to have government exercise some measure of control over them where the need could be shown and the competence of government for the task demonstrated. His sympathy with the humble and the lowly, with the farmer and the labourer, was made plain for all to see. He had not succeeded in completely freeing himself from mercantilistic delusions, and he had his own peculiar doctrinal and class prejudices. But his prejudices, such as they were, were against the powerful and the grasping, and it was the interests of the general masses that he wished above all to promote, in an age when even philosophers rarely condescended to deal sympathetically with their needs. He had little trust in the competence or good faith of government. He knew who controlled it, and whose purposes they tried to serve, though against the local magistrate his indictment was probably unduly harsh. He saw, nevertheless, that it was necessary, in the absence of a better instrument, to rely upon government for the performance of many tasks which individuals as such would not do, or could not do, or could do only bad. He did not believe that laissez faire was always good, or always bad. It depended on circumstances; and as best as he could, Adam Smith took into account all of the circumstances he could find. In these days of contending schools, each of them with the deep, though momentary, conviction that it, and it only, knows the one and only path to economic truth, how refreshing it is to return to the *Wealth of Nations* with its eclecticism, its good temper, its common sense, and its willingness to

grant that those who saw things differently from itself were only partly wrong (VINER, 1991, p. 112-113).

## 4 CONCLUSÃO

Apesar de Adam Smith não ter dedicado nenhuma obra sua especificamente ao assunto da equidade, pode-se perceber que este é um tema que permeia tanto a *Teoria dos Sentimentos Morais* como *A Riqueza das Nações* nos mais variados assuntos discutidos nessas obras. De modo geral, pode-se afirmar que Smith tinha como verdadeiro objetivo a defesa dos interesses gerais da maioria da população, colocando-se em uma posição progressista em relação ao seu contexto histórico. Todavia, cabe ressaltar, que apesar da visão otimista de Smith de que o sistema comercial ajudaria a alcançar uma maior equidade entre os cidadãos, esta não seria completa, de modo que ainda subsistiria uma sociedade dividida em classes e algum grau de desigualdade de renda e riqueza.

No que tange à natureza humana, constata-se uma visão do homem como um ser complexo, sendo por natureza dotado tanto de características altruístas como egoístas. Para Smith, o homem é formado para a vida em sociedade, de modo que a simpatia, o espectador imparcial e condutas conforme regras possibilitam o convívio social. A partir desta importância das regras e das instituições a fim de fornecer um ambiente mais estável para que os indivíduos tomem decisões e construam as suas vidas, forma-se um grande apreço dos indivíduos pela ordem instituída o que acaba por tornar mais vagaroso o processo de mudanças sociais que poderiam levar a uma maior equidade. Esta também é prejudicada pela dificuldade de compreensão do todo social pela maioria dos indivíduos, pela necessidade de se garantir o autointeresse e subsistência de si e de sua família, bem como pelo desejo humano de acumular riqueza e distinção social. Entretanto, Smith abre portas para uma visão mais otimista da natureza humana, argumentando que uma vez garantida certo grau de segurança econômica e social ao indivíduo e fornecida a ele uma educação política e social adequada, ele poderia passar a agir de modo mais equânime em sua interação com os círculos mais amplos de seu meio social.

Já no que diz respeito ao posicionamento político de Adam Smith e as ideias defendidas pelo autor, estas se justificam em razão de seu pensamento a respeito da forma de evolução histórica da humanidade, do governo e das relações de dominação social e de sua visão da economia e do sistema comercial. Em relação ao processo histórico, Smith o via como o resultado de consequências não planejadas de múltiplas ações humanas não coordenadas. Deste modo, a evolução

histórica da humanidade se daria de uma forma evolucionária ao invés de revolucionária. Esta visão, conjugada à descrença que Smith sentia por pretensos revolucionários sociais e pela grande importância dada à estabilidade das expectativas sociais dos homens, faz Smith adotar uma postura crítica de reformador moderado perante sua sociedade. Esta postura é referendada pela visão de Smith da sociedade comercial e de seus efeitos sobre a humanidade.

No modelo de sociedade comercial defendido pelo autor, haveria uma menor desigualdade social entre os agentes uma vez que, em sua visão, haveria uma ampla predominância da concorrência como forma de organização de mercado – resultando em uma menor capacidade de concentração de renda em algumas poucas empresas – bem como o processo de desenvolvimento da tecnologia seria de atração e não de repulsão de trabalho, de modo que haveria ampla empregabilidade e salários mais altos. A partir dessa maior distribuição da riqueza social, Smith pensava ser possível uma maior desconcentração do poder de modo a permitir uma maior representatividade política dos cidadãos e governos menos tirânicos e melhores. Todavia, como demonstrado neste trabalho, Smith não antecipou o desemprego e os terríveis efeitos sobre a classe trabalhadora que o avanço da Revolução Industrial ocasionaria e, portanto, a necessidade de toda uma nova gama de regulamentações para a proteção social dos trabalhadores.

De todo o modo, Smith sempre se baseou no bom-senso, avaliando cuidadosamente todas as circunstâncias as quais ele poderia encontrar de modo a sugerir soluções adequadas, ora adotando posturas mais liberais ora mais reguladoras quando necessário. Desta forma, pode-se concluir que diante de novos tempos e necessidades, Smith estaria disposto a expandir a atuação estatal – se o Estado se mostrasse suficientemente preparado – a fim de proteção das novas demandas sociais e ambientes econômicos e da geração de uma sociedade mais equânime e justa.

## REFERÊNCIAS

- BAGOLINI, L. The Topicality of Adam Smith's Notion of Sympathy and Judicial Evaluations. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 100-113.
- CERQUEIRA, H. A Mão Invisível de Júpiter e o Método Newtoniano de Smith. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 667-697, 2006.
- COATS, A. W. Adam Smith and the Mercantile System. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 218-236.
- CROPSEY, J. Adam Smith and Political Philosophy. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 132-153.
- ELTIS, W. A. Adam Smith's Theory of Economic Growth. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 426-454.
- HEILBRONER, R. L. The Paradox of Progress: Decline and Decay on *The Wealth of Nations*. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 524-539.
- HUNT, E. K. & SHERMAN, H. J. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MIZUTA, H. Moral Philosophy and Civil Society. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 114-131.
- RAPHAEL, D. D. The Impartial Spectator. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 83-99.
- REES, A. Compensating Wage Differentials. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 336-349.
- RICHARDSON, G. B. Adam Smith on Competition and Increasing Returns. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 350-360.
- ROSENBERG, N. Adam Smith on Profits – Paradox Lost and Regained. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 377-389.
- SKINNER, A. S. Adam Smith: an Economic Interpretation of History. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 154-178.
- \_\_\_\_\_. Introduction. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 1-10.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1, v. 2.

\_\_\_\_\_. **Lectures on Jurisprudence**. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Sentimentos Morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SMITH, C. **Adam Smith's Political Philosophy**: The invisible hand and spontaneous order. London: Routledge, 2006.

SPENGLER, J. Adam Smith and Society's Decision-makers. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 390-414.

STIGLER, G. J. Smith's Travels on the Ship of State. In: WILSON, T. & SKINNER, A. S. (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 237-246.

VINER, J. **Essays on the Intellectual History of Economics**. New Jersey: Princeton University Press, 1991.